



**R**

**RADIS**

Nº255 DEZ 2023



ENSP



FIOCRUZ

# ELAS, TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O que muda e o que permanece, dez anos após a PEC que reduziu desigualdades trabalhistas, mas não pôs fim a abusos



GLAUBER TIBURTINO

**HUTUKARA NA RADIS** — O líder indígena Dario Kopenawa (de camisa laranja ao centro da foto) aproveitou sua passagem pelo Rio de Janeiro para visitar a Redação de *Radis*, no fim de novembro. Filho do xamã Davi Kopenawa e vice-presidente da Hutukara, associação fundada em 2004 para fortalecer as pautas do povo Yanomami, ele esteve na cidade como convidado do seminário sobre saúde indígena promovido pela Fiocruz. Dario visitou a Redação na companhia de Patricia Canto, coordenadora de Atenção à Saúde da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção à Saúde da Fiocruz, onde foi recebido pelo coordenador e pela subcoordenadora de *Radis*, Rogério Lannes e Justa Helena Franco. Na visita, ele reencontrou o repórter Adriano De Lavor e o editor Luiz Felipe Stevanim, a quem concedeu uma entrevista publicada na edição de abril da revista *Radis* [247] — que traz as primeiras reportagens sobre a emergência humanitária Yanomami.

# RADIS edição 255 . dez 2023

NOSSA CAPA: FOTO DE EDUARDO DE OLIVEIRA



- |   |   |
|---|---|
| EDITORIAL                                 | 9º CSHS   |
| <b>3</b> Trabalhadoras do Brasil          | <b>22</b> Descolonizar a Saúde                  |
| <b>4</b> VOZ DO LEITOR                    | RETROSPECTIVA                                   |
| <b>5</b> SÚMULA                           | <b>28</b> 2023, o ano que ferveu                |
| CAPA   DIREITOS                           | <b>34</b> SERVIÇO                               |
| <b>10</b> Não é favor!                    | PÓS-TUDO  |
| <b>12</b> Linha do tempo                  | <b>35</b> Nêgo Bispo (1959-2023), uma homenagem |
| <b>16</b> Muito além do quarto de despejo |   |
| <b>18</b> "Eu não tinha nome"             |   |
| <b>20</b> Histórias cruzadas              |   |

# TRABALHADORAS DO BRASIL

**A**driana Nunes da Silva chegou à capa desta revista, que alcança mais de 120 mil leitores no país, por ser uma mulher trabalhadora. O seu sorriso em foto no Museu de Arte do Rio, tendo ao fundo um painel que retrata a celebrada escritora Carolina de Jesus, representa o lado vibrante e humano de outras 5,8 milhões de trabalhadoras (elas são 92% dos trabalhadores domésticos, sendo 65% negras) que “ralam” diariamente num dos ofícios menos valorizados em nossa sociedade.

Na matéria de capa produzida pela repórter Ana Claudia Peres com a participação da estagiária Luíza Zauza e do fotógrafo Eduardo de Oliveira, Adriana fala de sua família e do trabalho, enquanto percorre a exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os Brasileiros. Ela se identificou com as histórias que leu em Quarto de Despejo e se emocionou ao entrar em contato com outras dimensões da obra da autora que admira. Carolina se notabilizou por ter conseguido romper com a invisibilidade e o silenciamento a que são relegadas as vozes das pessoas subalternizadas na estrutura social.

Enquanto ouvia e fotografava Adriana, nosso colega Eduardo se emocionou lembrando de sua mãe, Jucirlete de Oliveira, também trabalhadora doméstica, com quem ele e sua irmã dividiam um quarto de empregada na infância e adolescência. Suas memórias afetivas e a história de dona Nicinha, como era conhecida, acabaram sendo incorporadas à matéria.

Outros relatos potentes integram a reportagem. A diarista Maria Izabel relata como o racismo atravessa as relações no trabalho doméstico. Consciente e crítica, integrou um grupo de teatro formado por trabalhadoras domésticas e, hoje, se dedica à representação da categoria no sindicato, o que lhe dá uma ampla visão do contexto em que atua.

Janaina Costa vem de uma família de irmãs, primas, mãe e avó trabalhadoras domésticas. Trabalhando como faxineira, diarista e babá, enfrentou obstáculos que seguem lhe atormentando em sonhos: “Há mecanismos estruturais no Brasil que fazem com que a gente vivencie hoje, no trabalho doméstico, uma modernização da escravidão”. Com muito esforço, ela concluiu o segundo grau, formou-se em História, fez mestrado e acaba de ser aprovada no doutorado. Agora, tem um perfil nas redes sociais digitais, com cerca de 50 mil seguidores, em que publica denúncias, relatos e reflexões sobre o trabalho doméstico.

Há 10 anos, o Congresso Nacional aprovou e a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Emenda Constitucional n. 72, proposta pela deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), que assegura direitos importantes ao trabalho doméstico. No

retrospecto dessa luta de mais de 70 anos, Benedita figura ao lado de grandes nomes como Laudelina de Campos Mello, Lenira Maria de Carvalho e Creusa Maria de Oliveira.

A “PEC das Domésticas” foi um grande avanço na legislação de proteção aos direitos da categoria, mas há muito o que conquistar. O número de meses da licença maternidade ainda é menor que o das demais profissões, assim como o tempo e o valor do seguro desemprego. Apenas 25% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada. Assegurar cuidados à saúde dessas trabalhadoras é essencial.

Há disputas simbólicas a serem enfrentadas, como acabar com a mistificação de quando os patrões dizem que a trabalhadora doméstica “é quase da família”. A pesquisadora Adriana Castro, da Fiocruz, entende que é preciso “desnaturalizar” a visão de uma “atividade afetiva” e reconhecê-la “como trabalho”. Ressalta que muitas pessoas da classe média só estão no mercado de trabalho porque há outra pessoa trabalhando por elas no cuidado da casa, da comida, das crianças, dos idosos.

## NA LINHA DE TIRO

Cuidar é o trabalho cotidiano de quem atua na saúde, garantindo o direito à vida.

Romper com a invisibilidade de pessoas e populações, como se vê na reportagem de capa, deve ser um trabalho cotidiano do jornalismo, garantindo o direito à informação e à comunicação.

Uma nota na seção Súmula sobre a guerra na Palestina faz refletir. Guerras afrontam o direito à vida, à saúde e à comunicação.

O bombardeio diário desencadeado por Israel sobre Gaza já matou, em dois meses, mais de 18,8 mil pessoas e feriu mais de 51 mil, a maioria crianças e mulheres. Em meio à destruição em massa de infraestrutura e edificações urbanas, acima de 1 milhão de palestinos se encontram desabrigados no inverno, com fome e indisponibilidade de água.

Os profissionais e os serviços de assistência à saúde se tornaram alvos. Em dois meses, as autoridades de saúde palestinas contabilizaram a morte de mais de 300 profissionais de saúde e a destruição de 22 hospitais e mais de 100 ambulâncias. Nas instalações da ONU, as bombas mataram outras 300 pessoas abrigadas e 100 trabalhadores humanitários.

Chama a atenção ainda o impacto sobre os jornalistas que registram, no território, o massacre que está se configurando como o primeiro genocídio da história a ser presenciado mundialmente, em tempo real. Em dois meses, mais de 60 deles foram mortos, número considerado relativamente maior, dado o curto período, do que em qualquer conflito anterior.

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

**QUILOMBO MARINHEIRO**

“Já sofri muito, mas agora eu tô pisando por riba do sofrimento”. Que pancada essa frase da dona Chagas! Parabéns pela reportagem, @radisfiocruz. Viva o quilombo Marinheiro!

Michele Sales, via Instagram

Chego me arrepiar de tanta emoção. Orgulho do meu quilombo!

Maria Ferreira de Lira, via Instagram

Reportagem ótima! Viva as mulheres de Marinheiro!

Samária Andrade, via Instagram

O diferencial dessa belíssima revista são as histórias do povo brasileiro que ela publica. Para todos meus alunos, eu super indico.

Antonio Filho, via Instagram



MIGUEL LEÃO



EDUARDO DE OLIVEIRA

*Radis* é imprescindível! Maravilhosas reportagens, entrevistas sempre na defesa da saúde pública estatal de qualidade, integral e universal! E com compromisso com a justiça social e ambiental! Primorosa!

Rejane Wilwert, via Facebook

*Radis*, somente elogios em defesa da saúde pública e na área social. Acompanho desde a primeira publicação. São relevantes ao país os seus esclarecimentos. Parabéns, *Radis*, e obrigado!

José Carlos Barroso, via Facebook

R. Somos nós que agradecemos pela leitura, Mauba, Rejane e José Carlos. É sempre bom receber elogios!

**DONA CHICA**

Eu amei conhecer a Dona Chica!

Cleo Blute Bark, via Instagram

**VÍTIMAS DA COVID**

Já ensaiei escrever sobre minha mãe algumas vezes, e ainda não tenho palavras para descrever o tamanho da ausência deixada. Muito importante esse espaço e trabalho de toda equipe, parabéns!

Marifê Moratori, via Instagram

**LEITORES CATIVOS**

Sou fã de carteirinha da revista *Radis*, só tenho um grande problema em gostar tanto dela: é porque sou apegada demais às revistas e tenho um ciúme danado.

Mauba Tanha Ramos, via Instagram

**AINDA OS ATRASOS**

Como amo o conteúdo da revista, leio o pdf. Mas eu gosto mesmo é da revista impressa. Sou assinante, mas a impressa não chega para mim, o porquê não sei. Acho que é devido à minha região, moro no sertão nordestino.

Kal Oliveira, via Instagram

R: Olá, Kal! Essa queixa dos atrasos tem chegado até nós vinda de várias regiões do país. Tivemos alguns problemas, mas estamos trabalhando para normalizar os envios.

**SUGESTÃO DE PAUTA**

Uma pauta a sugerir: violência obstétrica.

Adriana Maia da Silva de França, por email

**EXPEDIENTE**

**RADIS** é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**FIOCRUZ**

Mario Moreira  
Presidente

**ENSP**

Marco Menezes  
Diretor

**PROGRAMA RADIS**

Rogério Lannes Rocha  
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco  
Subcoordenadora

**REDAÇÃO**

Luiz Felipe Stevanim  
Editor

Ana Cláudia Peres  
Subeditora

Reportagem  
Adriano De Lavor,  
Liseane Morosini,  
Glauber Tiburtino,  
Licia Oliveira;  
Giovanna Garcia, Izabelly  
Nunes e Luíza Zauza  
(estágio supervisionado)

Arte  
Felipe Plauska

Documentação  
Eduardo de Oliveira  
(arte e fotografia)

Administração  
Fábio Lucas;  
Carolina Ferreira;  
Ingridi Maia da Silva

**ASSINATURAS**

Assinatura grátis  
(sujeita a ampliação)  
Periodicidade mensal  
Impressão Gráfica RJ Offset  
Tiragem 120.400 exemplares

**USO DA INFORMAÇÃO**

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



# Consciência negra: segundo pacote pela igualdade racial

Em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o presidente Lula e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, assinaram o segundo pacote pela Igualdade Racial, com novas ações além das que foram lançadas em março de 2023, por ocasião dos 20 anos das políticas públicas para a igualdade racial. O evento do dia 20 foi um dos marcos da volta do Novembro Negro, que retornou às comemorações oficiais.

As medidas anunciadas se dividiram nos eixos: direito à vida e à dignidade, direito à educação e inclusão, direito à terra e direito à memória e reparação. *Radis* destacou alguns pontos.

## TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS

Foram titulados mais cinco territórios quilombolas e assinada a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). O objetivo é incentivar o desenvolvimento sustentável em 3.669 comunidades certificadas pelo poder público. O investimento será de mais de R\$ 20 milhões.

## TOMBAMENTO DE QUILOMBOS

Prevê a valorização e o reconhecimento da cultura quilombola e de bens materiais e imateriais dos territórios, além do fortalecimento da proteção aos quilombos.

## BRASIL SEM FOME

Inclui o compromisso entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para o combate à fome, à insegurança alimentar e à pobreza, a partir da qualificação de serviços e equipamentos da assistência social.

## ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

Define investimento de R\$ 8 milhões para qualificação do atendimento psicossocial destinado às mães e aos familiares de vítimas de violência.

“Enfrentar o racismo é combater as raízes das desigualdades e da exclusão social. Um Brasil que promove a igualdade racial é um país mais desenvolvido, mais justo e democrático para todas as pessoas”.

Ministra da Igualdade Racial **Anielle Franco**



## COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA

Um Grupo de Trabalho Interministerial será responsável por criar políticas para uma comunicação mais inclusiva e respeitosa dentro da administração pública e prevê a elaboração do Plano Nacional de Comunicação Antirracista. A equipe deve propor estratégias de fortalecimento de mídias negras e de promoção da diversidade racial nas diversas formas de comunicação entre Estado, sociedade e veículos de comunicação.

## PRIMEIRA INFÂNCIA ANTIRRACISTA

Prevê uma parceria entre o MIR e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que visa combater o racismo e atenuar seus impactos na infância de crianças negras, quilombolas e indígenas. Entre as estratégias de atuação, estão a capacitação de profissionais da saúde, da assistência social e da educação, para a realização de seminários e eventos, a produção de pesquisas e a disseminação de materiais relacionados a práticas antirracistas nos serviços de atendimento às gestantes e crianças negras e indígenas.

## HIP-HOP COMO REFERÊNCIA CULTURAL

Reconhece o Hip-Hop como referência cultural brasileira e estabelece diretrizes para sua valorização.

“O que nós fizemos aqui hoje é o pagamento de uma dívida histórica que a supremacia branca construiu neste país desde que este país foi descoberto. Nós queremos apenas recompor aquilo que é uma realidade de uma sociedade democrática”.

Presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**



## Entre o machismo e a censura I

A jornalista Schirlei Alves foi condenada a um ano de prisão em regime aberto e R\$ 400 mil em indenizações no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Julgada por injúria e difamação pelo emprego do termo “estupro culposo”, a repórter foi responsável por dar voz ao caso de Mari Ferrer.

A influencer Mariana Ferrer acusou André de Camargo Aranha por estupro em uma festa em 2018. O julgamento aconteceu em 2020 e André foi considerado inocente. Ainda em 2020, a jornalista publicou a reportagem “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem” no site Intercept Brasil, que revelou a violência e o constrangimento vivido por Mariana dentro do tribunal. Na época, Schirlei já havia sofrido vários ataques por conta da reportagem.

O caso gerou tanta repercussão que foi criada a Lei Mari Ferrer, que determina a prisão de policiais, promotores e juizes que causarem sofrimento desnecessário a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual durante o julgamento. No entanto, no caso de Mari, nenhum dos responsáveis foi punido. Ao contrário disso, o promotor Thiago Carriço e o juiz Rudson Marcos foram os responsáveis pelo processo que condenou a repórter. Os processos correm em segredo de justiça e agora em segunda instância.

MARI FERRER/MÍDIA NINJA



DIVULGAÇÃO

## Morte no show

A morte de Ana Clara Benevides, de 23 anos, durante o show da cantora norte-americana Taylor Swift, no Rio de Janeiro, levantou discussões sobre mudanças climáticas, irresponsabilidade e despreparo das empresas organizadoras de megaeventos e a insegurança do público nesses espaços. No dia da primeira apresentação da artista, estava proibida a entrada de garrafas de água dentro do estádio Nilton Santos.

Segundo o Corpo de Bombeiros, além do falecimento da jovem, mais de mil pessoas desmaiaram devido ao calor. Por conta do descaso e do falecimento, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) publicou uma portaria obrigando a organização dos eventos a distribuir gratuitamente água potável, disponibilizar bebedouros nos locais e permitir a entrada de garrafas de água de uso pessoal para os espectadores.

## Entre o machismo e a censura II

Schirlei Alves vem recebendo apoio de veículos feministas como Revista AzMina, Portal Catarinas, Gênero e Número e Intercept Brasil, além da ação de entidades jornalísticas. O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC) promoveu um ato público em solidariedade à profissional no dia 30 de novembro de 2023, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também publicou um texto em defesa da jornalista e contra o assédio judicial aos profissionais de imprensa.

Já a Associação brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) publicou em nota: “Mais do que isso, é inadmissível e ultrajante que uma jornalista, no exercício da sua profissão, relatando um grave assunto de interesse público, seja duramente punida e condenada criminalmente por supostamente ofender a honra de funcionários públicos.”

## Guerra sem fim

A guerra na Faixa de Gaza, na Palestina, não dá sinais de trégua. Nem a diplomacia nem os protestos foram suficientes para forçar o cessar-fogo. Ainda é tímida a pressão de países do Primeiro Mundo cobrando o fim do conflito.

Segundo o governo de Israel, no ataque de 7/10, o grupo Hamas matou 1.140 e sequestrou cerca de 250 pessoas. Em retaliação, Israel bombardeou Gaza por via aérea e promoveu invasões terrestres, devastando a região. O Hamas libertou 121 pessoas (até 19/12) e afirma que novas libertações só vão ocorrer mediante cessar-fogo (CNN, 19/12). Em troca, Israel, que mantém mais de 2.800 detidos em suas prisões, liberou 180 pessoas.

Depois de mais de dois meses, o saldo de vidas perdidas é assustador. Até 18/12, os ataques pelo Exército de Israel mataram 18.894 palestinos, a maioria crianças e mulheres, como informou o Ministério da Saúde do Hamas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, alertou (19/12) que Gaza é o lugar mais perigoso do mundo para as crianças e que as mortes de jovens por doenças devem ultrapassar as causadas por bombardeios — cerca de mil crianças perderam uma ou as duas pernas.

Há mais de 51,1 mil pessoas feridas, pelo menos 5 mil desaparecidos e é incerto o número de mortos sob os escombros. Em 13/12, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução pedindo um cessar-fogo humanitário imediato, o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

## Alvos explícitos

A morte de profissionais de saúde, trabalhadores humanitários e profissionais de imprensa, quando comparada a qualquer outro conflito, é recorde. Para a ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), os jornalistas se tornaram um “alvo explícito” das forças israelenses (16/12). De 64 profissionais mortos, 13 morreram por ataque israelense em Gaza, 3 no Líbano e 1 foi morto em Israel pelo Hamas. Em alguns casos, atingidos de forma intencional.

Os ataques não poupam nem mesmo hospitais, o que é um crime de guerra para o direito humanitário internacional. Em 18/12, o governo de Israel foi acusado pela ONG Human Rights Watch (HRW) de usar a fome como arma de guerra no território cercado. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) informou que, dos 2,2 milhões de pessoas que viviam em Gaza, cerca de 1,4 milhão estão abrigadas em instalações da organização. Quase 300 delas morreram em ataques que atingiram abrigos humanitários.

## Voltando em paz

Coordenada pelo governo federal e pelas Forças Armadas para repatriar brasileiros que estavam em Israel e em Gaza, a Operação Voltando em paz mobilizou 4 aeronaves da FAB, incluindo o avião presidencial, que efetuaram 10 missões de resgate e ajuda humanitária na zona de conflito.

Os voos transportaram 1,4 mil pessoas de Israel para o Brasil e começaram em 10/10. O Governo Federal garantiu transporte de ônibus das principais cidades israelenses para o aeroporto de Tel Aviv. Já a retirada de brasileiros da Faixa de Gaza foi mais demorada e fruto de intensa negociação entre autoridades brasileiras, egípcias e israelenses. O primeiro grupo com 22 pessoas cruzou a fronteira com o Egito em 12/11 e chegou ao Brasil um dia depois. O segundo grupo de 47 pessoas fez o mesmo caminho em 9/12. Os esforços continuam para repatriar pessoas com ligações com o Brasil.

## MORTES EM GAZA

- **18.894 PALESTINOS**
- **300 PROFISSIONAIS DE SAÚDE**
- **22 PESSOAS DE EQUIPES DE DEFESA CIVIL**
- **64 JORNALISTAS – 17 DELES ENQUANTO TRABALHAVAM**
- **101 TRABALHADORES HUMANITÁRIOS DA ONU**

## E AINDA

- **297 PESSOAS DESLOCADAS REFUGIADAS EM ABRIGOS HUMANITÁRIOS**
- **51.100 PESSOAS FERIDAS**
- **PELO MENOS 5 MIL DESAPARECIDOS**

Fonte: Ministério da Saúde do Hamas; ONU News; Agência Brasil; Agência.gov; com dados publicados até 19/12/2023.

# Senado aprova Pacote do Veneno

Depois de acelerar a tramitação, o Senado aprovou o projeto de lei (PL) que flexibiliza regras de aprovação, registro e comercialização de agrotóxicos — conhecido como Pacote do Veneno. O PL 1.459/2022 é substitutivo de outra proposta que tramitava há 24 anos no Congresso, apresentada pelo então senador Blairo Maggi, em 1999, e condenada amplamente por pesquisadores da área da saúde, vinculados à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e à Fiocruz, e de organizações da sociedade, como a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Fabiano Contarato (PT-ES), e foi aprovado com acordo entre parlamentares governistas e da oposição, com apenas um voto contrário. Agora, a proposta aguarda sanção do presidente Lula. O projeto praticamente revoga a atual Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802, de 1989) ao tratar de pesquisa, experimentação, produção, comercialização, importação e exportação, embalagens e destinação final e fiscalização desses produtos. Entenda o que isso significa.



DIVULGAÇÃO

## 1. Agricultura decide

Uma das principais mudanças é a concentração da liberação de agrotóxicos no Ministério da Agricultura e Pecuária, o que vai acelerar as aprovações. No modelo atual, há um sistema tripartite de decisão, formado pelos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente (por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e da Saúde, com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Contudo, o texto do Senado manteve o poder da Anvisa de não aprovar determinado produto.

## 2. Risco “aceitável”

A lei brasileira atual proíbe expressamente o registro de produtos com substâncias consideradas cancerígenas ou que provoquem distúrbios hormonais, mutações e deformações. Com a nova lei, os agrotóxicos seriam proibidos somente em caso de apresentarem “risco inaceitável” — o que contraria o princípio da Precaução, ao estabelecer, em outras palavras, que alguns tipos de risco são “aceitáveis”, como explicou a pesquisadora Aline Gurgel, do Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho do Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco) e integrante do Grupo de Trabalho (GT) Agrotóxicos e Saúde da Fiocruz. “Quantos casos de câncer ou de malformações em bebês são considerados aceitáveis?”, afirmou à Radis (243).

## 3. Riscos à saúde e ao ambiente

Apesar de considerar que algumas mudanças propostas no relatório do Senado foram positivas, a Fiocruz já havia alertado (3/10) que a aprovação do projeto “promoverá danos irreparáveis aos processos de registro, monitoramento e controle de riscos e dos perigos dos agrotóxicos no Brasil, responsáveis por graves danos à saúde humana e ao ambiente”.

“A aprovação desse PL representa uma grande contradição da agenda verde do Governo que será apresentada na COP [em Dubai]”, declarou Fran Paula, integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, ao site da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 28/10.





**VÍTIMAS DO FOGO** — Cenas da destruição provocada pelo fogo no Parque Estadual Encontro das Águas, em Mato Grosso, área que tem a maior concentração de onças-pintadas do mundo. Em 2023, o fogo já consumiu mais de 1 milhão de hectares do Pantanal mato-grossense, o triplo do que foi registrado em 2022, conforme dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa/UFRJ). Leia mais sobre o calor no site de *Radis*. [Aponde a câmera do celular para o QR CODE] →



## Profissão: Sanitarista

Sanitarista agora é profissão reconhecida. Em cerimônia no Palácio do Planalto (16/11), o presidente Lula sancionou a lei nº 14.725/2023, que regulamenta a profissão e estabelece os requisitos para o seu exercício. A lei define que os profissionais atuarão em diversas atividades ligadas à saúde coletiva nas esferas pública ou privada, desde a formulação até a execução e coordenação dessas ações.

“Os sanitaristas atuam na dimensão coletiva da saúde, seja na elaboração e implementação de políticas públicas, no planejamento, na gestão e monitoramento das ações de saúde, além de avaliarem riscos sanitários e epidemiológicos de caráter coletivo, o que se mostrou essencial durante a pandemia de covid-19”, destacou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Conheça a lei na íntegra: [bit.ly/leidosanitarista](https://bit.ly/leidosanitarista).



## Mães pretas morrem mais

Um grave e importante alerta foi apontado por estudo da Fiocruz em parceria com o Ministério da Saúde: a mortalidade de mães pretas é duas vezes maior do que a de brancas no Brasil. O levantamento mostra que, em 2022, 100 mães pretas morreram a cada 100 mil nascimentos. Índice que entre mães pardas foi de 50,36 e, entre mães brancas, de 46,56 no mesmo ano. A meta da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030 é de 30 mortes a cada 100 mil nascidos vivos. Segundo a OMS, a morte materna acontece durante a gestação ou até 42 dias após o término dela (G1, 23/11).

Diante dos números, o Ministério da Saúde realizou dois anúncios (23/11). Um deles foi a reabertura do Comitê Nacional de Prevenção à Mortalidade Materno Infantil; e o outro foi o lançamento da campanha Racismo faz mal à saúde, que será veiculada em redes sociais com material de conscientização sobre o impacto social do racismo na saúde.

Saiba mais sobre a pesquisa “Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento” em: <https://bit.ly/nascernobrasil2>.

# NÃO É FAVOR!

Uma década depois da PEC das Domésticas, trabalhadoras ainda lutam pela garantia de direitos e contra a herança escravocrata no Brasil

ANA CLÁUDIA PERES\*

Com 11 anos de idade, uma criança tem direito a jogar bola ou empinar pipa, ir à escola e à praia, receber amor, ser protegida contra a violência, o abandono e a exploração. Toda criança. Qualquer criança. Pelo menos é o que, resumidamente e por outras palavras, dizem as normas e tratados voltados para infância e adolescência.

Com 11 anos de idade, Adriana lavava, passava, cozinhava, vivia no quartinho dos fundos de uma casa de família. De tanto faltar às aulas, deixou de frequentar a escola. De brincar, ela não lembra. Filha de uma trabalhadora doméstica no Brasil dos anos 70, não teve direito à meninice. Ela e as três irmãs começaram cedo a fazer o que a mãe fazia.

Era no emprego em um apartamento num bairro nobre de Niterói, que a menina vivia dia e noite, de segunda-feira a sábado. Só voltava para a casa da mãe, no município de Itaboraí, a cerca de 35 quilômetros, durante a folga dos domingos. Às vezes, nem isso. Adriana faz parte dos 5,8 milhões de trabalhadores domésticos brasileiros, um contingente formado em sua imensa maioria por mulheres. Elas são 92% do total e, dessas, 65% são negras, de baixa escolaridade e de famílias de baixa renda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Até 2013, não tinham direito a horas extras ou ao seguro-desemprego, menos ainda ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Isso só foi assegurado com a Emenda Constitucional nº 72, mais conhecida como a PEC

das Domésticas. Promulgada em abril daquele ano e regulamentada dois anos depois pela Lei Complementar 150, garantiu também jornada de trabalho de 8 horas diárias, adicional noturno, seguro contra acidentes, indenização em caso de demissão sem justa causa, entre outros direitos que já faziam parte da vida dos demais trabalhadores.

Está longe de ser o suficiente — como veremos nas próximas páginas. Ainda assim, como reconhecem as trabalhadoras domésticas e pesquisadoras ouvidas para esta reportagem, trouxe muitos avanços e um mínimo de reparação à categoria que lutava por direitos há pelo menos 70 anos. [Veja Linha do tempo].

## A VIDA ANTES E DEPOIS

Até encontrar uma casa em que tivesse os direitos respeitados, demorou uma vida inteira. Dessa vida, Adriana lembra que morou em muitos endereços que não eram seus e que parou de estudar no terceiro ano do ensino fundamental. Também lembra de episódios que preferia esquecer, mas não consegue. “Naquela época, eu não sabia. Hoje, acho importante falar que aquilo era assédio”.

A história que Adriana nunca tinha contado em voz alta é pontuada por pausas e um choro contido. Também revela as marcas de uma sociedade machista, estruturalmente racista, que ainda guarda muitos resquícios de um passado escravocrata. E que só muito recentemente, a passos lentos, começou a mudar.

\*Colaborou Luíza Zauza (estágio supervisionado)

Adriana Nunes da Silva é trabalhadora doméstica e leitora de Carolina Maria de Jesus, a escritora, que antes de ser catadora também foi trabalhadora doméstica (imagem ao fundo)

Quando a PEC chegou, Adriana já havia garantido o seu primeiro emprego com carteira assinada. Foi pouco antes de completar 20 anos que ela começou a trabalhar na casa em que permanece até hoje. Nunca tinha ouvido falar em direitos trabalhistas. Também não tinha documentos. Antes da Carteira de Trabalho, precisou providenciar uma segunda via da certidão de nascimento — a original, havia sido extraviada nas muitas mudanças de lares por onde sua mãe passou. Finalmente, garantiu a identidade.

Adriana Nunes da Silva — esse é seu nome completo no RG — passou a ter férias, se ficasse doente podia recorrer à previdência social e agora teria direito a décimo terceiro e licença-maternidade, que ela gozou quando nasceu o primeiro e único filho. Por causa dele, voltou a estudar. “Eu acho que queria mostrar para meu filho como o estudo era importante. Mas foi puxado conciliar com o trabalho”, conta. Fez o supletivo. Concluiu o segundo grau. Queria mesmo era cursar veterinária. “Quem sabe...”, ela diz deixando a porta aberta.

Hoje, aos 49 anos, Adriana recebe um salário mínimo, como garantido por lei: R\$ 1.320,00. Para conseguir um pouco mais de sobra, negociou com seus empregadores: trabalha três vezes por semana e complementa a renda como diarista nos outros dias, incluindo os sábados. Chega ao final do mês com algo entre 2.000 e 2.500 reais, calcula.

Graças aos direitos trabalhistas conquistados, vai poder se aposentar. Não faz muitos planos para quando esse dia chegar, mas talvez lhe sobre um pouco mais de tempo para as leituras, um prazer que redescobriu recentemente. Adriana virou leitora de Carolina Maria de Jesus. Anda lendo *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, aos pouquinhos, no metrô e no ônibus, durante o percurso a caminho do trabalho. A convite de *Radis*, em novembro, ela aceitou visitar uma exposição em cartaz no Rio de Janeiro sobre vida e obra da autora. Combinou o dia de folga [Leia na página 16].

## DESIGUALDADES

Apesar da nova legislação ter trazido conquistas ao equiparar o direito dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores, ainda há um abismo a ser superado. Dez anos depois da PEC, no mundo real, apenas uma em cada quatro trabalhadoras domésticas (25,6%) têm carteira assinada. Significa dizer que cerca de 4,4 milhões delas atuam na informalidade.



“Nossa sociedade não considera o trabalho doméstico como profissão. E o interessante é que a elite que julga que o trabalho doméstico não tem valor remunerado é a mesma que não consegue ficar sem uma trabalhadora doméstica”, diz Maria Izabel Monteiro, presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro.

Sem negar os avanços do que considera um marco na luta contra a exploração do trabalho doméstico no país e resguardando todas as conquistas alcançadas com a PEC, ela enumera as principais lacunas: pela lei, são apenas 120 dias de licença maternidade, enquanto as demais categorias de trabalhadores têm direito a seis meses; o seguro-desemprego também é diferenciado, não passando de três meses no valor de um salário mínimo — mesmo que a trabalhadora doméstica tenha recebido um salário maior —, já os demais trabalhadores têm direito a cinco parcelas, podendo chegar ao teto de R\$ 2.230,97.

Não bastasse isso, a legislação tem brechas. Os benefícios se estendem às pessoas que trabalham como babás, motoristas, caseiras, cuidadoras e jardineiros, mas não são aplicados às diaristas, consideradas trabalhadoras autônomas, ou ainda às babás folguistas. Maria Izabel explica que, como o empregador só precisa admitir com registro na carteira quem trabalha três dias (ou mais) por semana, é muito comum alegar o aumento dos encargos como uma justificativa para não contratar a trabalhadora e arrumar maneiras de burlar a lei.

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que as trabalhadoras sem carteira continuam ganhando abaixo daquelas que têm carteira assinada. A renda média das domésticas que atuam na informalidade não chega a mil reais. “Merecemos respeito enquanto seres humanos e trabalhadoras. Se o empregador quer alguém para cuidar de seu filho, da sua mãe, do seu avô, da sua casa, precisa valorizar isso”, completa a sindicalista.

**SEM LUGAR À MESA**

Quando veio de Campos para a capital, Maria Izabel trabalhou em fábrica de perfume, indústria de plástico, exerceu o ofício de vendedora. Mas foi como trabalhadora doméstica que viveu a maior parte dos seus dias. De uma família de 10 irmãos onde cinco são mulheres, só a caçula não trabalhou em casas de família. Negra, ela ainda estava na primeira delas, quando sentiu na pele algo que só perceberia anos depois ao entrar para o movimento social: o trabalho doméstico tem cor.

Havia sido contratada para cuidar de uma idosa em substituição a uma enfermeira branca, que se sentava à mesa e fazia todas as refeições com os donos da casa. “Eu já não tinha o mesmo tratamento”, conta à *Radis*. “Escutei quando a outra menina, que trabalhava na casa, perguntou aos patrões se era para colocar meu lugar na mesa”. Não precisa pensar muito para imaginar a resposta.

“Veja a diferença com a trabalhadora doméstica”, demonstra. Em outras residências, fazia de tudo: lavava, passava, varria a casa, cozinhava. “Se a gente para pra pensar, na maioria das vezes, nós preparamos o alimento e somos os últimos a nos alimentar”, diz, dando-se conta do quanto o trabalho doméstico remunerado ainda é atravessado pelas questões de classe e raça.

Tornou-se sindicalista. Foi por conta do trabalho doméstico que ela conheceu o Marias do Brasil, um grupo de teatro formado por trabalhadoras domésticas com base no Teatro do Oprimido, fundado pelo teatrólogo Augusto Boal, que usa as artes cênicas como ferramenta política ao trabalhar com jogos e histórias de vida. Maria Izabel dirigiu o grupo até pouco antes da pandemia. Daí para a luta sindical foi um pulo.

No segundo mandato como representante da categoria na capital fluminense, são muitas as denúncias de violações que ela recebe diariamente. Há pouco, atendeu uma trabalhadora cujos direitos estavam sendo descumpridos de tantas maneiras quanto possíveis. “A moça cuida de tudo, desde a criança até a vovó. Vive uma jornada



estafante que não acaba nunca, sem descanso, sem hora para almoço, dormindo no emprego. Essa profissional está adoentada, física e mentalmente”. Ao sugerir que a moça fosse ao sindicato para que dessem entrada nos trâmites jurídicos, ouviu da trabalhadora: “Se eu for, terei que faltar ao trabalho”.

O caso ilustra outro nó da legislação: a defasagem dos mecanismos de fiscalização. Isso porque o ambiente privado também é protegido por lei, o que dificulta e muito a inspeção do trabalho doméstico. Mesmo em caso de denúncias de situações análogas à escravidão, é necessário todo um aparato jurídico e uma estrutura da máquina estatal para fiscalização, explica a sindicalista.

**LINHA DO TEMPO****1936****FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM SANTOS**

Primeira experiência de sindicalização do trabalho doméstico no país. Fechada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, voltou à ativa em 1946. Uma de suas fundadoras, Laudelina de Campos Mello, virou referência na luta por direitos.

**LAUDELINA DE CAMPOS MELLO**

Mineira de Poço de Caldas, Laudelina de Campos Mello (1904-1991) foi empregada doméstica, sindicalista e militante do movimento negro. Em Campinas, fundou um baile de debutantes e um concurso de beleza para jovens negras, chamado Pérola Negra, e criou a Escola de Bailados Santa Efigênia, de balé, piano e outras artes para crianças negras. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e integrou a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental Negro. Foi chamada de “terror das patroas” por Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho na ditadura.

**1943****CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT)**

Enquanto a grande maioria dos trabalhadores teve seus direitos garantidos pela CLT, trabalhadores domésticos foram explicitamente excluídos.

**1968****I CONGRESSO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

Discussão do primeiro rascunho de um projeto de lei para regulamentar a profissão.



Maria Izabel Monteiro (de turbante vermelho, à direita da foto) com as Marias do Brasil: grupo de teatro formado por trabalhadoras domésticas

ACERVO PESSOAL



casa desde dezembro de 2022, dormia em um sofá e, se precisasse usar o banheiro, tinha de se dirigir a um pequeno aposento na parte externa da residência.

Uma notícia de antes: junho de 2020, em plena pandemia, estarrecido, o país assiste à mãe de Miguel chorar a morte do filho de 5 anos, que caiu do nono andar de um prédio de luxo no Recife. Mirtes Renata era trabalhadora doméstica e havia deixado o filho sob os cuidados da patroa, Sari Côrtes-Real, quando precisou descer para passear com os cachorros de seus empregadores.

Não são histórias aleatórias. “Há mecanismos estruturais no Brasil que fazem com que a gente vivencie hoje, no trabalho doméstico, uma modernização da escravidão”, resume à *Radis* Janaína Costa, que vem de uma família onde todas as sete irmãs e também a mãe, a avó e algumas primas são trabalhadoras domésticas. “Ainda é uma atividade excludente e precarizada. E só o fato de termos demorado tanto tempo para conseguir uma legislação em que fôssemos entendidas como trabalhadoras, já mostra que esse não é ‘um trabalho como outro qualquer’, como muitos sugerem”.

Foi durante uma virada de ano, réveillon de 2017, a gota d’água. Sentada na porta de um restaurante caro de São Paulo, ela foi convidada a se retirar para acalmar a criança de colo que chorava. Naquela noite, não conseguiu jantar, não viu os fogos de artifício. Enquanto os abraços rolavam soltos do lado de dentro, Janaína sozinha, do lado de fora, pensou que, desde que começou no trabalho doméstico formal, nunca mais havia passado as festas com a família — com a sua família. [Leia um perfil de Janaína na página 18 e no site de *Radis*]

Ativista em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas, ela ainda trabalhou como babá até dezembro de 2022. Formada em História, defendeu uma dissertação de mestrado em que ouviu relatos de outras mulheres com a mesma função. Negras, como ela. Agora usa as redes sociais para produzir conteúdo crítico com denúncias, relatos e reflexões sobre o trabalho doméstico.

Aquela trabalhadora — como tantas — pode não ter levado adiante a denúncia por falta de informação, mas também por desacreditar no sistema protetivo. “Por medo”, completa Maria Izabel, que hoje, em meio a todos os compromissos sindicais, ainda trabalha como diarista. Sem carteira assinada, portanto.

## “É QUASE DA FAMÍLIA” E OUTROS DISPARATES

Uma notícia de setembro de 2023: Idosa de 90 anos é resgatada de situação análoga à escravidão no Rio de Janeiro. Há meio século trabalhando para uma família, 16 deles como doméstica, não voltava para a própria

## 1972

### LEI DO EMPREGADO DOMÉSTICO

Ainda que de maneira tímida e incompleta, pela primeira vez, a categoria foi contemplada com direitos, com a regulamentação de uma lei específica (nº 5.859), que garantiu registro em Carteira de Trabalho, férias anuais remuneradas e acesso à Previdência Social.

## 1985

### V CONGRESSO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Preparou a mobilização para a Assembleia Nacional Constituinte e a reivindicação de direitos constitucionais.

## 1988

### CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Traz garantias como décimo-terceiro, salário mínimo, férias anuais remuneradas, licença maternidade e paternidade. Ainda assim, muitos direitos presentes na CLT e na própria Constituição não foram assegurados ao trabalho doméstico.



### PARTICIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CONSTITUINTE

Representantes da categoria integraram a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos da Constituinte. Uma carta foi apresentada ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com reivindicações e propostas: validação das domésticas como categoria profissional e extensão integral dos direitos previdenciários e trabalhistas à classe. As sindicalistas Lenira Maria de Carvalho e Creuza Oliveira e a então deputada Benedita da Silva foram figuras de destaque.

Janaina Costa em casa, no Quilombo do Macuco (MG): “Que tanto do passado está superado?”



“Hoje sonhei que, em uma das casas que trabalhei, a família se mudava e eu ficava. Quando a nova família chegava, eu me tornava a babá. Como se eu fosse parte dos móveis que já decoravam a casa mobiliada. Vai precisar de muita terapia pra amenizar o estrago e ter meu processo de cura”, escreveu Janaina no perfil Ela é só a babá (@elaesoababa), que mantém no Instagram e já conta com quase 50 mil seguidores.

Cada postagem vem sempre acompanhada por uma série de comentários de pessoas que têm histórias parecidas para compartilhar. “Minha mãe trabalhava em uma casa (para uma família) e, quando a filha casou, ela foi ‘dada para ela’ (como uma coisa, um eletrodoméstico)”, anotou uma seguidora, no post. Janaina tem outro sonho recorrente: nesse, o rosto de uma ex-patroa sempre surge lhe dando ordens.

É por isso que quando escuta expressões como “Ela é quase da família”, Janaina rebate: “A sociedade ainda entende o trabalho doméstico como um trabalho não remunerado, que você faz por amor, como se tivéssemos

um dom para cuidar ou para limpar, exercendo funções a troco de teto e comida”.

Não à toa, quando a PEC das Domésticas surgiu, ameaçando tocar em privilégios, houve uma explosão de frases preconceituosas — “Agora, elas vão querer direitos!” ou “Comem aqui na minha casa e, agora, vão falar de férias!” são apenas alguns exemplos caricatos, para dizer o mínimo. Para Janaina, apesar da legislação, ainda há muito a avançar sobre a desvalorização desse trabalho. “Que tanto do passado está superado?”, indaga ela, que ao lado de outras duas amigas também trabalhadoras domésticas, produz o instigante podcast Quadro de Empregada.

## OUTROS QUARTINHOS

Para a pesquisadora da Fiocruz, Adriana Castro, mais do que nunca, é necessário deslocar o trabalho doméstico do lugar de “atividade afetiva” que historicamente lhe foi reservado. “Precisamos desnaturalizar isso. É um trabalho e deve ser reconhecido como trabalho”, reforça, lembrando que, até bem pouco tempo atrás, famílias de classe média recolhiam jovens de famílias pobres numerosas para colocar dentro de casa sob o pretexto de “tomar conta” em troca de prestação de serviço.

“Esse não é um trabalho menor, como a tradição colonial e escravocrata quer fazer crer, mas um trabalho fundamental e que gera riquezas”, acrescenta. Em entrevista à *Radis*, ela dispara o que parece óbvio, mas ninguém quer ver. “Homens e mulheres notadamente brancos e de classe média só podem estar no mercado de trabalho porque tem alguém fazendo as atividades domésticas. Porque tem alguém que cuida da sua criança, porque tem alguém que cuida do seu idoso, porque tem alguém que limpa sua casa e faz sua comida, na maior parte das vezes”.

Exatamente por isso a pesquisadora considera que, na última década, o país avançou algumas casas. Mas assim como as “dependências de empregada” — como eram chamados os cubículos de cerca de 6 metros quadrados reservados às trabalhadoras — foram se transformando

### LENIRA MARIA DE CARVALHO

Líder sindical e ativista, Lenira Maria de Carvalho fez um discurso imponente e leu a carta das trabalhadoras domésticas em reunião da Constituinte. Alagoana, fez sua trajetória política e pessoal no Recife (PE), onde, ainda adolescente, começou a trabalhar como empregada doméstica. Integrou o coletivo Juventude Operária Católica, a JOC, e fundou a Associação de Trabalhadoras Domésticas de Recife. Lançou dois livros autobiográficos, “Só a gente que vive é que sabe: depoimento de uma doméstica” (1982) e “A luta que me fez crescer” (2000). Faleceu em 2021, aos 88 anos.



### BENEDITA DA SILVA

Benedita Souza da Silva Sampaio foi a única mulher — também a única negra — a compor a mesa diretora da Constituinte. Mais tarde, como deputada federal, foi a relatora da PEC das Domésticas. Natural do Rio de Janeiro, nasceu em 1942. Já trabalhou como doméstica, auxiliar de enfermagem e assistente social. Começou seu ativismo no Chapéu Mangueira, comunidade onde foi criada, atuando como professora e líder comunitária.

ao longo do tempo, mas continuam existindo em outros formatos, a precariedade do trabalho doméstico ainda é uma realidade. “Essa lógica vai se atualizando com outras caras e com outros nomes e o fato é que a gente segue falando de exploração”.

A pesquisadora acredita que, como próximos passos, é necessário reconstituir aparatos legais de fiscalização do mundo do trabalho e de garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas. Diga-se que na última década também ocorreram retrocessos. Segundo um estudo do Dieese, medidas aprovadas na reforma trabalhista com Michel Temer, em 2017, impuseram flexibilização de contratos às trabalhadoras e até mesmo a perda de direitos recém-assegurados, como a restrição de acesso à Justiça do Trabalho.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Adriana Castro, um caminho possível para a criação de barreiras contra a exploração do trabalho doméstico — e contra a banalização dessa exploração — passa necessariamente pela construção de políticas públicas.

Há novidades nesse sentido. Como coordenadora de Promoção da Saúde, da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Adriana integra o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de elaborar a Política Nacional de Cuidados no Brasil. Composto por 17 órgãos governamentais e instituições como IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além da Fiocruz, o grupo vem se reunindo desde junho, identificando problemas, produzindo evidências científicas e sistematizando informações, em diálogo com o movimento social. A construção do marco conceitual dessa política já está em consulta pública.



“O recorte prioritário é trabalhar com idosos, pessoas com deficiência, infância e adolescência e trabalhadoras”, explica a pesquisadora da Fiocruz. Um dos diagnósticos feitos em relação aos trabalhos domésticos remunerados, comenta, tem a ver justamente com a ausência de regulamentação adequada para os trabalhadores diaristas. “Têm sido discutidas alternativas à precarização e desproteção ainda reservadas a essa atividade. Precisamos trabalhar para reverter a desproteção trabalhista e previdenciária e a informalidade que acontece hoje”.

Recentemente, o tema da Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pôs o dedo na ferida: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Adriana da Silva comemorou a visibilidade dada ao assunto depois da prova realizada em novembro.

Mas ela entende que falta muito para superar os mais de 500 anos de uma lógica colonial que marca a sociedade brasileira “estruturada com base na exploração, no machismo e no racismo”. Se ela considera importante uma legislação que reduz desigualdades trabalhistas entre empregadas domésticas e os trabalhadores em geral depois de décadas de disparidades? “É fundamental”, diz. Se é suficiente? “Ainda não!”

## 2013

### PEC DAS DOMÉSTICAS

Foi necessária a implementação da Emenda Constitucional nº 72, popularmente conhecida como PEC das Domésticas, para que finalmente houvesse “igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais”, como diz o texto. Jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, adicional noturno, seguro-desemprego, pagamento de horas extras, recolhimento do FGTS por parte do empregador, seguro contra acidentes de trabalho, indenização por demissão sem justa causa, auxílio-creche, entre outros direitos foram finalmente assegurados. Com a PEC, a Constituição foi alterada, contemplando os trabalhadores domésticos com todos os 34 direitos sociais previstos na Carta — antes, apenas nove eram reconhecidos para a categoria.

### CREUZA MARIA OLIVEIRA

Fundadora da Associação das Empregadas Domésticas da Bahia, presidente de honra da Fenatrad e, mais recentemente (27/11), Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Creuza Oliveira é uma das mais importantes defensoras da causa no país. Natural de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, aos 9 anos, já trabalhava. Na data da promulgação da PEC (2/4/2013), foi parabenizada no Congresso Nacional por sua participação efetiva na elaboração da emenda. Idealizou o Conjunto Residencial 27 de Abril, em Salvador, condomínio exclusivamente habitado por trabalhadoras domésticas



## 2015

### LEI COMPLEMENTAR Nº 150

Dois anos após a aprovação da PEC das Domésticas, a então presidente Dilma Rousseff regulamentou os direitos previstos na emenda.

## 27 DE ABRIL

### DIA DA EMPREGADA DOMÉSTICA

A data homenageia Santa Rita, considerada pela Igreja Católica a padroeira das domésticas. Rita era uma mulher italiana que exercia a função de doméstica no século 13.



EDUARDO DE OLIVEIRA

Adriana visita exposição sobre Carolina de Jesus: manhã de recordações



## MUITO ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO

Foi por acaso que Adriana Nunes da Silva se depa-rou com a história de Carolina Maria de Jesus — a catadora cujos diários foram publicados em jornal, quando seu caminho cruzou com o do jornalista Audálio Dantas, durante uma reportagem que ele fazia em uma favela, em São Paulo.

Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, o livro mais famoso da escritora e hoje uma referência na literatura brasileira, completa a biblioteca da casa onde Adriana trabalha há quase 30 anos. Ela ficou encantada com a narrativa desde o primeiro parágrafo, ao ler sobre o dia em que Carolina encontra um par de sapatos no lixo, lava e remenda para que sua filha não fique descalça.

Em novembro, Adriana aceitou o convite de *Radis* para uma entrevista e uma visita à exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os Brasileiros, que estava em cartaz no Museu de Arte do Rio. Naquele dia, as primeiras linhas de Quarto de Despejo voltaram à lembrança. Nas paredes da mostra, o trecho citado por Adriana está em destaque e uma instalação reúne diversos pares de sapatos gastos.

“Lembro de mim e das minhas irmãs. Na minha casa, a gente só tinha um par de sapato para as quatro. Tenho poucas fotos da infância. Mas tem uma que guardo com muito carinho. Era o aniversário de minha irmã Mônica e, por isso mesmo, naquele dia, só ela aparece calçada. Lembrei disso lendo o livro e agora vendo os chinelos aqui”, comenta.

Adriana tenta conferir cada um dos registros da escritora que se misturam a uma centena de obras assinadas por artistas contemporâneos. Ouve trechos em áudio que acrescentam detalhes à vida e obra de Carolina de Jesus. Fica encantada com os manuscritos dos diários. Vibra com os recortes de jornais e revistas ao ler as manchetes de

quando a moça da favela, já famosa, ganhou o mundo. Põe os fones de ouvido e se surpreende com a voz de Carolina no disco que reúne suas composições — além de escrever romance, poesia e peça de teatro, ela também cantava, compunha, fazia arte no circo.

Em algumas obras, Adriana se demora um pouco mais. Para diante do trabalho em que o rosto de Carolina de Jesus está estampado em uma cédula de dinheiro, com a frase: “Para ver se dão valor”. Nas fotografias, o inconfundível lenço branco com que Carolina cobria a cabeça também atira as memórias de Adriana. Ela pensa na mãe e na avó, trabalhadoras domésticas, que nas suas lembranças estão sempre com o traje completando as feições.

“Sabia que a filha de Carolina de Jesus tem o mesmo nome de minha mãe: Vera?”, indaga. “Minha mãe hoje está com 69 anos e ainda mora em Manilha, Itaboraí [RJ]”. Poucos passos depois, uma obra reproduz, em miniatura, a favela do Canindé, onde a escritora vivia. Adriana diz que é “igualzinho” à favela do Fogueteiro, na região central do Rio, onde ela própria já morou.

### FGTS E CASA PRÓPRIA

Aos 49 anos, Adriana é uma mulher negra, bonita, colorida, usa trança no cabelo. As imagens de Carolina de Jesus na exposição também exibem uma mulher sorridente, que dança e brinca, bem diferente das fotografias de semblante fechado que os leitores estão habituados a ver.

Antes de seus diários virem à tona, antes mesmo de ser catadora, Carolina trabalhou como empregada doméstica até engravidar, perder o emprego e ir morar na favela às margens do rio Tietê. Depois de ganhar projeção internacional,



ela morreria no anonimato, em 1977, aos 64 anos. Nos últimos tempos, a obra da escritora foi redescoberta e ela se tornou referência de uma escrita que expõe desigualdades e preconceitos, o racismo nosso de cada dia. Sua vida já foi contada em peça de teatro e está prestes a ganhar as telas de cinema. “Quando virar filme, eu vou ver”, promete Adriana.

Ao conhecê-la a partir de seu livro mais célebre, Adriana pensou que a vida hoje não tem muita diferença daquela época. “Para algumas mulheres e mães, é o mesmo tipo de sofrimento: a pobreza, a falta de dinheiro, a fome”, diz a trabalhadora doméstica, lembrando de uma outra frase forte que leu em Quarto de Despejo. Carolina de Jesus escreveu que “a cor da fome é amarela”.

“Graças a Deus, eu não passei fome, mas tive muitos apertos na infância”, conta Adriana. “Acho que foi por causa disso que, depois que me entendi como gente e tive filho, comecei a trabalhar muito mais. Eu não queria que ele passasse pelas mesmas dificuldades”.

Ao lado do companheiro e pai de Artur, único filho, Adriana vem construindo outra história. Compraram um apartamento em um condomínio em Colégio, bairro da Zona Norte do Rio. Juntaram os fundos de garantia, direito que ela conquistou juntamente com outros benefícios, depois que a PEC das Domésticas foi regulamentada pela Lei Complementar 150. Para dar entrada no sonho, contaram também com a sorte: uma parte do dinheiro para a casa própria veio de um prêmio que ela ganhou numa loteria do Rio. Agora, pagam uma prestação de R\$ 1.100,00 mensais.

## DOMINGOS

Pelos corredores do museu, estão estampadas algumas frases de Carolina de Jesus. “Acho que Deus não vai mais consertar o mundo”, diz uma delas, que merece um comentário de Adriana: “O pior é que faz sentido”. Outra: “Eu cato papel, mas não gosto. Então, eu penso: faz de conta que estou sonhando”. Adriana hoje gosta do que faz. Reconhece o valor do trabalho doméstico na vida dos brasileiros, ainda que sonhe em ser veterinária.

Para encontrar com a equipe de *Radis* naquela manhã muito quente no Rio de Janeiro, teve que fazer malabarismo para equilibrar as agendas: “Segundas, quartas e sextas, trabalho em Laranjeiras, onde tenho carteira assinada. Terças e quintas, vou para a Tijuca, como diarista. Aos sábados, mais uma diária, dessa vez em Copacabana”, conta. “la esquecendo de avisar que, quando saio do trabalho, às sextas, ainda vou fazer faxina em um consultório no Catete”. Para quem não está familiarizado com a geografia do Rio, basta dizer que o ziguezague é exaustivo só de ouvir.

- Domingo, descansa?

- Domingo, depois de tudo, tem a minha própria casa para cuidar. Mas dou um jeito, que a vida não é só trabalho. Gosto de samba, vou à praia, tomo a minha cervejinha. Agora, quero voltar ao museu. Se soubesse que era tão bacana a exposição, tinha vindo antes. Vou trazer meu filho ou combinar com minhas amigas. Também quero terminar de ler Quarto de Despejo. (ACP)



Em foto de 1991, Adriana (de blusa branca), suas irmãs (Patrícia, Mônica e Irene) e a sandália compartilhada. Hoje, percorrendo os corredores do museu

ARQUIVO PESSOAL



EDUARDO DE OLIVEIRA



EDUARDO DE OLIVEIRA

# “EU NÃO TINHA NOME”

LUÍZA ZAUZA\*

**T**rinta e oito quilômetros. Essa é a distância entre os bairros Higienópolis e Itaim Paulista. Qualquer morador da cidade de São Paulo, a depender do meio de transporte, deve ter uma rota preferencial ou mais rápida para chegar de um ponto a outro. Janaína, por sua vez, não tinha escolha: pegava o trem na estação do Brás todos os dias às 17h.

Se você conhece São Paulo e leu o trecho acima deve ter se arrepiado ou pensado em alternativas para escapar dessa combinação de horário do rush com transporte público. Mas, novamente, Janaína não tinha opção: ganhava 800 reais na época e precisava terminar o ensino médio. Trabalhava como babá em Higienópolis e estudava — e morava — em Itaim Paulista. Tinha só 17 anos e já enfrentava uma rotina laboriosa, de assalariado adulto.

“Era minha primeira experiência. Eu era muito ingênua”, recorda a jovem, agora madura, aos 30 anos. O ano era 2010 e Janaína Costa foi trabalhar no seu primeiro emprego remunerado — e reconhecido — como babá. Cuidava apenas da criança e, por isso, conseguia chegar na escola a tempo do último sinal antes do início das aulas: às 18h45. “Estava dando tempo. Mas, logo no início da minha chegada, houve um atrito entre a patroa e a empregada que fazia o serviço da casa, e a patroa a mandou embora”.

De repente, Janaína estava cozinhando, lavando e passando roupa, fazendo faxina e, ainda, exercendo a função de babá. Tudo isso por 1000 reais. “Eu achava que estava ganhando muito bem. Veio todo o serviço da casa por 200 reais a mais. O que aconteceu, porém, foi que não estava conseguindo chegar na escola”.

É importante adiantar que Janaína conseguiu finalizar o segundo grau. Mas foi aos trancos e barrancos, conta. “Na escola, eles foram flexíveis. Mas, nos últimos quatro meses, quase não conseguia ir às aulas”. Ficou dois anos na casa dessa família, mas esse não foi seu primeiro contato com o trabalho doméstico.

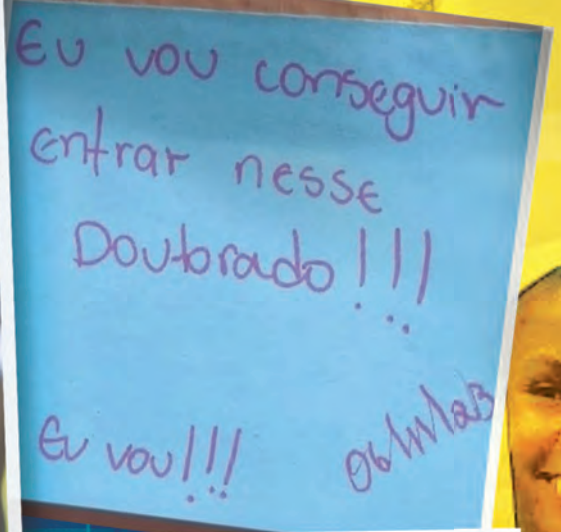
Se cursar o ensino médio foi o começo de uma série de fissuras que Janaína abriu em uma herança coletiva de discriminações, por outro lado, a sua história profissional é semelhante à de outras milhares de trabalhadoras domésticas e revela o legado de segregação do Brasil. “Nós somos sete mulheres [na família]. Todas empregadas domésticas, mulheres negras. A maior parte das minhas primas são empregadas domésticas. É uma realidade muito presente”, relata.

Antes delas, a avó Menan foi lavadeira e doméstica — tendo, até mesmo, essas funções indicadas no registro de nascimento — e a mãe Betinha, acompanhante de idosos, doméstica, e muito mais: fez serviço braçal, esteve em colheita de café e trabalhou na roça. Enquanto as sete irmãs trabalhavam como domésticas, os cinco irmãos eram — e são, até hoje — boias-frias. “Eles vão para colheitas de café e usinas de corte de cana. Para mim, não existe traço mais colonial ou escravista do que o trabalho doméstico, o de usina de corte de carne e de colheita de café. Até porque são esses postos de trabalho que ergueram o Brasil economicamente”, enfatiza.

## CHEIRO DE ÁGUA SANITÁRIA

Natural de Minas Gerais, Janaína foi criada na comunidade quilombola de Macuco, no Vale do Jequitinhonha. É a caçula das irmãs. Na pré-adolescência, aos 12 e 13 anos, já era responsável pelas tarefas da casa e pelo cuidado dos irmãos e sobrinhos e, ainda, trabalhava como babá e doméstica para famílias da sua cidade natal.

Depois disso, não parou mais: o trabalho doméstico já deslocou Janaína para bairros, cidades, estados e até países diferentes — esses processos migratórios realizados pelas domésticas no Brasil, inclusive, foram o objeto de estudo de sua tese de mestrado. “Eu já perdi a conta de quantas



casas trabalhei, porque já exerci vários postos dentro do trabalho doméstico. Já fui cuidadora, diarista, fiz faxina, fui a empregada que cuidava da casa e das crianças, já fui a babá folguista, enfim”.

De função em função, ela viveu experiências das mais hostis até as mais desumanas. Morou no subsolo do condomínio daquela primeira patroa. “Eu estava suscetível a violências que, se acontecessem, ninguém ia perceber, porque ninguém morava lá embaixo. Era um depósito e o único banheiro que tinha era compartilhado com os prestadores de serviço do prédio”, relembra. “Demorei a entender o que aquilo significava. Eu era ‘como se fosse da família’, mas não fiquei lá em cima, não fiquei no quarto vago”, conta.

Nessa época, Janaína era universitária, estudante de Biologia — “não me perguntem por quê” — numa faculdade particular de São Paulo. Novamente estava dividida entre trabalho e estudo, mas dessa vez havia um agravante: não gostava do curso. Sua primeira opção era História, mas ouvia das pessoas que “isso não dá dinheiro, não”, então era melhor não arriscar.

Mais de dois anos se passaram. Nesse meio tempo, Jana saiu do trabalho onde morava, passou por outro, morou numa pensão e foi caixa de supermercado. E assim veio finalmente o estalo: “O que eu estou fazendo nesse curso? Vocês imaginam a quantidade de dinheiro que eu tinha investido ali. Mas pensei ‘Quer saber? Vou fazer História’”. Essa clareza, na verdade, era um engasgo. “Comuniquei para a minha patroa [essa escolha], que disse ‘Nossa, Jana, mas para que você vai trocar? Você já tá terminando. Essa área é muito difícil’. Comecei a sacar porque eu deveria fazer História”, esclarece a hoje mestre na área.

Deu-se conta de que fez a escolha certa nas matérias de História do Brasil. Uma aula de pós-abolição em específico marcou a memória de Jana. “Eu tinha feito uma faxina e estava tão cansada, mas tão cansada naquele dia, que não consegui tomar banho depois do trabalho. Estava com um cheiro de água sanitária tão forte que me causava dor de cabeça só de sentir na minha mão”, recorda.

## REDES SOCIAIS E MESTRADO

Com sentimento parecido com o que a levou a trocar de graduação — e por causa das aulas que frequentava —, Janaína sentiu-se motivada a mais uma empreitada, que trouxe novos frutos e mais um título, o de blogueira e influenciadora digital. Hoje gerencia o perfil no Instagram. Ela é só a babá, com mais de 46 mil seguidores.

Tudo começou no último ano de faculdade e como um espaço de desabafo. “Era uma espécie de diário”, conta. O nome da página veio de tanto ouvir patroas repetirem “Ela é só a babá”, quando alguém perguntava: “Quem é ela?”. “Eu não tinha nome”, diz.

Certas postagens, Jana lembra bem quando e como foram escritas: “Debaixo do cobertor. Na época, eu dormia no quarto com a criança. Lembro que ela dormia na cama de cima e eu, na de baixo. Então, eu entrava no cobertor — às vezes, chorando de raiva por conta de uma situação

— porque no quarto tinham quatro câmeras. Eu tinha medo de estar escrevendo no meu Facebook e Instagram e aquilo estar sendo observado”. Ao narrar, ela deixa claro o ambiente de terror criado nesse trabalho que, segundo ela, foi o que mais a detonou emocionalmente.

“Essa é a patroa dos meus pesadelos, inclusive”, menciona. Com frequência, sonha com as ex-empregadoras lhe dando ordens e com fragmentos de crueldades e intimidações no trabalho. “Já tive sonhos de acordar com crises de pânico. Ultimamente tem acontecido com muita frequência. Eu sonho com uma patroa específica. Mas ela não é só aquela pessoa, ela é todas as outras. É um terror psicológico e fica no nosso subconsciente”.

Foi por conta da página que Jana conseguiu o seu emprego mais recente, o que a levou para Bogotá, na Colômbia, a incentivou a entrar para o mestrado naquele país, e mudou a sua perspectiva do trabalho doméstico depois de 13 anos de experiências negativas. “Tive uma percepção mais valorosa da função da babá, porque entendi qual era o papel que eu tinha e qual minha contribuição na vida daquelas crianças e daquela família e vice-versa”, reforça.

## “A MINHA FAMÍLIA”

Finalmente, Janaína vivenciava uma relação trabalhista de fato, com salário justo, autonomia e respeito mútuo. A ex-patroa hoje é uma grande amiga. Em dezembro de 2022, ela fez deste o seu último trabalho como babá. Agora, quer descansar, continuar escrevendo e se concentrando nas suas colheitas pessoais. Recentemente, inclusive, Janaína foi aprovada no doutorado em Política Social na UnB.

“Costumo fazer muitas coisas ao mesmo tempo e percebo que sobra pouco tempo para descanso. Então, eu sonho, nesse momento da minha vida, com uma família. E isso é uma das coisas que o trabalho doméstico acaba nos negando, que é a construção de vínculos. Afinal, você é como da família deles, não precisa ter tempo para fazer a sua”, narra.

O sossego é mais do que merecido. “Estudando no ensino médio, eu trabalhei como babá; fiz a faculdade inteira trabalhando como babá; terminei a faculdade e continuei como babá; fui fazer o meu mestrado trabalhando como babá e, depois de concluído, de novo, continuei nessa função”.

Janaína é uma mulher de ideias potentes: “Dizem que esse trabalho não gera mais valia [valor]. Como não gera? Eu saio da minha casa, presto um serviço na casa de outra pessoa e essa pessoa vai para o mercado de trabalho mover toda aquela economia. [Enquanto isso], estou garantindo o conforto e o cuidado dos filhos dela”, alerta.

“Sou a primeira pessoa da minha família que chegou à universidade. Sou a única mulher graduada desse total de 12 filhos. Sou a primeira que entrou no mestrado e a primeira em várias outras coisas em que não gostaria de ser a primeira”. De voz mansa, mas robusta, ela é isso e será muito mais. “Espero tantas coisas da vida. Coitada da vida, está com a listinha do caderno lotada de coisas [risos]”.

■ Estágio supervisionado



"Aqui, minha mãe, novinha ainda, e linda (à direita), com sua grande amiga Maria. Hoje, minha mãe não está mais conosco. Maria, sim! Ela adora o meu filho e ainda hoje presta serviços como diarista".  
(Eduardo de Oliveira)

# HISTÓRIAS CRUZADAS


**E**duardo de Oliveira retira a câmera da mochila, ajusta o foco, checa a lente, escolhe o melhor ângulo. Antes do primeiro clique, de pé, o fotógrafo de *Radis* para um pouco para ouvir atento o que a entrevistada nos conta. Está ainda mais concentrado do que de costume. "Emocionado", ele revelaria depois. São dele as imagens de Adriana Nunes durante visita à exposição em homenagem à Carolina de Jesus.

Edu, como é mais conhecido na Redação da revista, é também filho de dona Jucirlete de Oliveira — para os íntimos, Eunice ou Nicinha —, trabalhadora doméstica como Adriana. "Em muitos momentos, eu lembrei das dificuldades da vida de minha mãe, que começou como doméstica aos 15 anos. E foi como doméstica que ela criou a mim e a minha irmã".

Entre 1982 e 1994, os três dividiram o quatinho do apartamento em que ela trabalhava em Copacabana. "Lembro do beliche, onde dormíamos de segunda a sexta. Nos finais de semana, íamos pra nossa casa, em Caxias [região metropolitana do Rio]. Fiquei muito sensibilizado ao ouvir Adriana e percorrer os corredores do museu. São histórias que cruzam com a da minha mãe".

Nicinha parou de estudar na quinta série, que corresponde ao sexto ano do ensino fundamental, e despediu-se dos filhos em 2000 — sem ver, portanto, a aprovação de uma emenda constitucional que garantiria mais direitos a mulheres como ela. Tinha 52 anos, quando morreu em decorrência de um tumor no fígado. Antes disso, conseguiu realizar o sonho de uma vida.

"Minha mãe sempre teve planos de abrir uma lojinha de doces ao se aposentar. Um dia, resolveu que era hora. Deixou o trabalho de doméstica, saiu de vez da casa onde trabalhava, ainda que tenha mantido contato com eles até o fim da vida — a cada quinzena voltávamos, dessa vez, a passeio —, e abriu a própria lojinha, onde vendia tortas, quitutes e bolos", lembra Edu. "Ela mal sabia escrever, mas anotava todas as receitas em um caderninho. Nunca vou esquecer sua alegria ao abrir a lojinha na frente da nossa casa".

Nas imagens a seguir, Edu, hoje com 41 anos, formado em jornalismo, casado e pai do Levi, conta um pouco da sua vida do jeito que mais gosta — por meio de imagens. Faz também uma homenagem à sua mãe e, por extensão, ao universo das trabalhadoras domésticas. (ACP) 

2.10

1.50

“Nesta esquina, minha mãe armava uma barraquinha para vender doces. Ela vinha diariamente, depois que deixava tudo arrumado na casa onde trabalhava. Ficava aqui enquanto minha irmã estava na creche e eu, na escola. Complementava a renda e alimentava o sonho da lojinha”.



“Foi nessa cozinha que minha mãe passou boa parte do tempo, de segunda a sexta-feira, até 1994. Ela fazia de tudo nos serviços domésticos, mas do que mais gostava era de cozinhar: tortas, bolos, guloseimas. Trabalhou aqui até o dia em que abriu a sua própria lojinha de doces. Tenho muito orgulho da minha mãe, uma mulher de origem pobre, que mal sabia escrever, ter chegado onde chegou”.

1.50

“Depois da morte da minha mãe, eu e minha irmã voltamos a morar na casa dos ex-padrões dela, que se tornaram meus padrinhos. Tínhamos 17 e 14 anos. Fiquei com eles até o fim. Hoje, moro no apartamento, e o quartinho onde eu dormia virou a despensa”.



FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

Glicéria ou simplesmente Célia Tupinambá e o manto sagrado do seu povo.

ANDRÉ SETTI

# DESCOLONIZAR A SAÚDE

Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde promove debates sobre emancipação, reparação e reconstrução crítica

ADRIANO DE LAVOR E LUIZ FELIPE STEVANIM

Quatro dias de evento, 2.300 pessoas, 1.415 trabalhos apresentados, mais de 60 atividades. A 9ª edição do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (CSHS), que aconteceu entre 31 de outubro e 3 de novembro, no Recife, promoveu o encontro entre a produção científica de diferentes áreas do conhecimento e questionou sua relevância para a construção da saúde. A proposta de troca de saberes, que tinha como eixo condutor um tema complexo — Emancipação e saúde: decolonialidade, reparação e (re)construção crítica, ainda foi pautada por diferentes narrativas sobre desigualdades.

Desigualdades sociais, ambientais e de acesso que geram iniquidades, como pontuou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, na conferência de abertura; desigualdades representadas pela manutenção do “pacto da branquitude”, como advertiu Cida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); desigualdades que têm raízes históricas no passado de imposição religiosa e escravidão de indígenas; desigualdades que violentam comunidades em nome da afirmação do capital; desigualdades que ainda colocam sujeitos no lugar de objetos e os impedem de participar de decisões que afetam suas vidas.

Organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o encontro é chamado carinhosamente de Abrasquinho — e sua nona edição ficou marcada pela urgência em dialogar com saberes até então excluídos do debate acadêmico convencional. Radis acompanhou algumas discussões, mesas redondas e conferências, e traz provocações do congresso para que, também na saúde, possamos descolonizar os nossos olhares e a maneira de pensar e fazer ciência.

## RECONSTRUIR SEM DESIGUALDADES

A conferência da ministra Nísia Trindade na abertura do Abrasquinho deu o tom que seguiram mesas redondas, debates e conversas informais durante cinco dias de evento no campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nísia partiu da discussão sobre a relevância das ciências sociais e humanas na reconstrução crítica da saúde para enumerar os desafios que se impõem ao campo, no Brasil.

Ela concentrou sua fala em temas relacionados à produção de desigualdades que merecem a atenção de gestores e pesquisadores “para que efetivamente seja possível a reconstrução da sociedade em geral”. Para a socióloga, o desafio demográfico é urgente. Ao citar dados recentes do Censo, ela apontou que o país deve se preparar para oferecer políticas que atendam às necessidades de parte da população que envelhece, sem negligenciar, no entanto, ações mais consistentes para a infância e a juventude.

O enfrentamento às desigualdades de classe, de gênero e étnico-raciais também é urgente, indicou Nísia, que reforçou a importância da geração e do uso de dados acessíveis que subsidiem ações de intervenção nas situações de iniquidade: “Na medida em que você abre espaço para a não informação, abre-se espaço para a não política”, avaliou.

O desafio ambiental também foi citado por Nísia, uma agenda que considera interdisciplinar. Ela se inspirou na ilustração Mulheres Mangue, da artista Rosana Paulino, para ressaltar como teóricos têm investido na mudança

do olhar para o “mundo vegetal”, considerando aspectos como ancestralidade e cooperativismo entre espécies. O diálogo entre o mundo biomédico e o mundo social, neste sentido, deve orientar debates que promovam uma nova visão sobre estilo de vida e modos de produção, recomendou a ministra.

Ela também citou os impactos do uso das novas tecnologias de comunicação e informação na vida e na saúde das pessoas, como “a produção organizada de falsos enunciados que se repetem como verdade”. A ministra reforçou a defesa de que a saúde deve ser aliada da ciência, “mas sem produzir, reproduzir ou ampliar desigualdades”.

As mudanças no mundo do trabalho também foram citadas como desafio. Fenômenos como automação e inteligência artificial podem estar reforçando desigualdades, apontou Nísia. “Sou grande defensora da ciência e da inovação, mas temos que entender o SUS como a grande inovação do ponto de vista de cidadania e de projeto social no nosso país”.

Por fim, a ministra citou palavras do sanitarista Sergio Arouca para atualizar o desafio democrático, apontando o medo como tema central para a comunidade acadêmica. Em um mundo onde ainda se vivem as guerras e a preocupação com a segurança, ela destacou que o SUS é uma das mais democráticas conquistas da Constituição de 1988, mas que ainda precisa avançar no combate às iniquidades.



Na conferência de abertura, a ministra Nísia enumerou oito desafios que devem ser enfrentados para a reconstrução da sociedade

## DIVERSIDADE É PRESENÇA

Em 132 anos de história, o Supremo Tribunal Federal (STF) não teve uma ministra negra, enquanto mulheres negras correspondem a 28% da população brasileira. Esse dado foi recuperado por movimentos que pediam a indicação de uma jurista negra para as duas vagas disponíveis no Supremo, em 2023, com a aposentadoria de seus titulares. Contudo, as duas indicações do presidente Lula (Cristiano Zanin e Flávio Dino) só confirmaram a regra: dos 171 ministros que já passaram pela corte, 165 foram homens brancos.

“A gente tem que estranhar o perfil monolítico das lideranças das instituições”, afirmou Cida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e autora de “Pacto da branquitude” (Companhia das Letras). “Não é só trazer os negros no discurso. É colocar uma caneta na mão pensando e tomando decisões juntos”, completou.

Segundo ela, a diversidade precisa estar em todas as instâncias. “Se não definirmos metas, isso sempre ficará no discurso”. Ao relembrar uma frase do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Muniz Sodré, Cida destacou que “a diversidade é física”. “É por presença”.

“Os segmentos que estiveram excluídos dos lugares de comando das grandes, médias e pequenas instituições brasileiras precisam estar pensando o Brasil juntos”, afirmou. Segundo Cida, essa presença de negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos não pode se resumir a “entregar uma pauta de demandas nossas”. É preciso que essas pessoas participem da tomada de decisões, defendeu.

“Qual é o perfil das lideranças, na saúde e no SUS? Elas têm contemplado a diversidade? Os Conselhos têm presença feminina, negra, indígena, quilombola?”, perguntou. Na visão de Cida, os retratos institucionais ajudam a pensar em planos de ações que tornem as instituições mais equânimes. “Sempre disseram para a gente que os concursos são democráticos, mas eles não são. Se fossem, haveria diversidade nas instituições”, constatou.

Não é apenas uma crítica, mas um movimento concreto por mudanças — e o primeiro passo, de acordo com a psicóloga e ativista, é o exercício de tensionar e estranhar. “Estranhar a imposição de uma religião, de um único grupo a pensar o Brasil”. Para encarar o racismo estrutural, os discursos pela diversidade têm que gerar ações objetivas: “A equidade tem que ser parte da reconstrução democrática”.

Autora do livro “Pacto da branquitude”, Cida Bento cobrou maior participação dos negros na tomada das decisões







"A gente pode construir uma universidade que seja democrática e que atenda às necessidades da sociedade e pensada pela sociedade", cobrou a ativista Célia Tupinambá

## REFAZER O MANTO E A HISTÓRIA

"Meu relato começa na Bahia". Assim Glicéria Tupinambá, com um cocar de penas azuis, iniciou a prosa. Nos idos de 1500, um tupinambá — assim como ela — chamado Tamandaré é batizado pela Igreja com o nome de Antonio. Educado nas amarras da catequese, um dia ele decide se rebelar e sai pelo sertão pregando a Terra Sem Males, mundo espiritual da religiosidade tupi em que não haveria fome, nem doenças, nem sofrimento.

Ali nascia uma experiência religiosa de resistência ao colonialismo, que ficou conhecida como Santidade. "Para poder entrar na Terra Sem Males, era preciso passar pelo 'desbatismo'", lembrou Glicéria, ou simplesmente Célia Tupinambá, artista, educadora e antropóloga, nascida na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia.

"Aquilo que a Igreja Católica fazia, Tupinambá desfazia", contou, sorrindo. Essa foi a solução encontrada por Tamandaré e seus seguidores para resistir à imposição da religião e da escravidão aos indígenas. O movimento, que ocorreu no sertão de Jaguaripe, na Bahia, foi reprimido pelo governo colonial, em 1585, como narra o historiador Ronaldo Vainfas no livro *A Heresia dos Índios* (Companhia das Letras).

Para Célia, conhecer essa história foi um reencontro com a identidade do seu povo. "Descobri que não sou colonizada. Sou resultado do ritual antropofágico", afirmou. A artista indígena iniciou o percurso para reconstruir o manto tupinambá, vestimenta sagrada tecida ricamente com penas de aves e utilizada pelo povo Tupinambá em seus rituais. No mundo, enfatizou Célia, existem apenas 13 exemplares do manto: roubados pelos colonizadores, todos eles estão em posse de museus europeus.

"Antes de ser colônia, essa terra é indígena. Antes de ser cidade, a terra é indígena. Antes de ser capital, somos terra indígena", sentenciou. "O manto falou comigo",

relembrou, ao narrar o momento em que esteve diante de um dos artefatos sagrados de seus ancestrais, em um museu na França. "Entre em cosmoagonia". Foi assim que Célia recebeu o chamado para recuperar com as mais velhas de sua família e a inspiração dos encantados a técnica para refazer o manto, em um processo que levou anos.

E não foi somente a vestimenta sagrada que ela reconstruiu: Célia também reaprendeu a contar a história, livre do olhar dos colonizadores, pela ótica do seu povo. "Nós não trocamos a nossa terra por espelho. Nós lutamos todas as guerras para proteger o território", declarou.

Ao lembrar as lições de seus ancestrais, Célia defendeu o poder do diálogo e o aprendizado entre os diferentes. "Tupinambá era assim: era justo. O seu inimigo, ele não queria que fosse humilhado", destacou. Por isso, saberes tradicionais e científicos devem se reconhecer e dialogar, para pensar o futuro da Terra. "Nós temos uma casa comum".

"A gente pode construir uma universidade que seja democrática e que atenda às necessidades da sociedade e pensada pela sociedade". Célia também reagiu às críticas conservadoras contra as universidades públicas. "Agora que a gente está entrando nesses espaços, o pessoal fala que a universidade é ruim. Eu falo: ruim com você. Por que agora eu tô chegando vai ser ruim? Vai ser boa para mim também. Vai ser boa para os meus filhos e para os filhos dos meus filhos", afirmou a mestrandia em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ.

Ainda que não saiba como será o futuro, Célia — com ares proféticos, como o mito de Tamandaré — disse que sonha com ele. "Que o certo seja certo. E o errado, errado". Para isso, é preciso refazer o percurso da história, assim como a indígena refez o manto: "Nós já estávamos aqui. Assuma que dói menos. O Brasil é indígena".

## DIÁLOGO DE SABERES

“Saberes indígenas existem e podem gerir as questões que afetam o seu cotidiano”. Com essa afirmativa, André Baniwa — professor e atualmente diretor do Departamento de Demarcação Territorial do Ministério dos Povos Indígenas — chamou atenção para a necessidade de que as pessoas indígenas participem das decisões que afetam sua vida, e não sejam vistas apenas como “objeto de pesquisa”, até mesmo pelas ciências sociais e humanas da saúde, ainda quando “bem-intencionadas”.

Em diferentes momentos da história, os indígenas tiveram suas línguas estudadas, seus corpos dissecados, seus modos de vida afetados, em nome da ciência. Mas em que medida seus saberes foram considerados formas legítimas de se relacionar com o mundo? Baniwa ressaltou que a Igreja combateu os conhecimentos tradicionais indígenas desde o início da colonização — e esse olhar “colonial” persiste ainda hoje em determinadas políticas de Estado, ele pontuou. “Como se faz o Estado reconhecer isso?”, perguntou.

“O Estado precisa investir no diálogo de saberes”, defendeu o professor nascido em São Gabriel da Cachoeira,

no Amazonas. Segundo Baniwa, os indígenas querem diálogo. “Nós estamos propondo. Queremos diálogo. Quem resiste é o Estado”.

Para ele, é preciso combater o racismo que ainda existe contra os povos originários no Brasil, promover ações afirmativas e garantir que os indígenas também atuem como gestores de políticas públicas — como é o seu caso, atualmente. Baniwa disse ainda que é possível “reflorestar mentes” ao valorizar os conhecimentos tradicionais das aldeias, em diálogo com a formação universitária. “Esse seria o caminho: formar cientistas indígenas”.

Para o professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Rui Harayama, os processos de saúde precisam “dar vazão, protagonismo e voz para as populações que foram historicamente marginalizadas”. “Não é só dar espaço para elas falarem, mas é a forma como elas vão falar e como que a gente vai escutar essas demandas”, pontuou à Radis. Segundo o antropólogo sanitário, é preciso que essas falas não sejam consideradas como acessórias, mas tenham impacto de fato no modelo e nas concepções de saúde.



A Emergência Yanomami também foi tema de mesa redonda, que reuniu a pesquisadora Ana Lúcia Pontes, a ativista Barbara Sousa Moreira e a coordenadora do GT de saúde indígena da Abrasco, Inara Nascimento Tavares



Na Tenda Paulo Freire, a professora refugiada Muna Muhammad Odeh (UnB) denunciou a violência praticada por civis inocentes na Faixa de Gaza, no Oriente Médio

ADRIANO DE LAVOR

## CONTRA A RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS

Na Tenda Paulo Freire, uma voz suave, acentuada pelo sotaque estrangeiro, é firme na mensagem que adverte sobre a racialização e a desumanização dos corpos. Quem fala é a professora Muna Muhammad Odeh, do departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB). Refugiada de origem palestina, ela falava em uma roda de mulheres sobre a relação que enxerga entre a morte de George Floyd [assassinado por um policial branco nos Estados Unidos, em 2020], os ataques sofridos por civis na Faixa de Gaza e o cotidiano de constante ameaça vivido por moradores de comunidades periféricas, no Brasil.

Para ela, os três casos são exemplos de como “o imperialismo do capital” se afirma em diferentes espaços e perpetua novas formas de colonialidade. “Pensa-se que isso é coisa do passado, mas a saúde é permeada pela colonialidade, justamente porque um de seus instrumentos para se perpetuar é a prática da violência simbólica e da violência corporal”. Muna alertou que o genocídio em curso nos territórios ocupados da Palestina guarda semelhanças com o modo como a colonialidade leva a violência às comunidades pobres no Brasil.

Ela advertiu que o Brasil precisa rever e revogar acordos de aquisição de armamentos de Israel, já que entidades como Anistia Internacional e Human Rights Watch constatam que a indústria bélica “tem se utilizado dos corpos do povo palestino para experimentar essas armas e depois exportá-las como sendo armas comprovadamente eficientes”.

Além do comércio praticado pela indústria bélica, a

professora argumentou que também é preciso estar atento às formas de repressão praticadas lá e aqui. “Angela Davis nos lembra que as técnicas usadas para matar George Floyd são as mesmas utilizadas pelo exército israelense contra o povo palestino”.

Ela acentua a crítica afirmando que estas técnicas são exportadas como “tecnologias de segurança”, mas que na verdade são “tecnologias de repressão dos corpos pobres e dos corpos que estão sob o jugo da colonialidade. Assim é na Palestina e assim é nas comunidades brasileiras”, denunciou. Para ela, é preciso que o campo da saúde revise conceitos e paradigmas, inspirando-se em pensadores decoloniais como Frantz Fanon (1925-1961) — que construiu sua teoria a partir de conhecimentos nativos, na Argélia, quando o país lutava contra o colonialismo francês.

“É preciso ter audácia para dizer que estes paradigmas não pertencem à nossa realidade”, provocou, insistindo que é preciso politizar a discussão, em especial dentro do campo da saúde coletiva que, para Muna, é eminentemente político. “A saúde pública surgiu questionando os poderes”, disse, citando o pioneirismo da teórica Cecília Donnangelo (1940-1983).

“Precisamos abraçar estes conceitos”, afirmou, revelando seu orgulho de ter abraçado tradições brasileiras, sem esquecer suas raízes palestinas. “Estive agora na Irlanda e falei sobre nossa experiência, no Brasil. As pessoas conhecem muito bem Paulo Freire e ficam admiradas quando ressaltamos a importância das ciências sociais e humanas na construção desse olhar político sobre saúde”, declarou.

## RETROSPECTIVA

2023

## O ANO QUE FERVEU

Veja os acontecimentos que marcaram o ano que termina e a cobertura de Radis, em uma crônica sobre o calor

ADRIANO DE LAVOR

Sentado no único lugar vago que encontrei no ônibus lotado, olho a tela, leio a manchete no celular, aperto a tecla like, imediatamente apago e procuro outra opção para o quase automático emoji que hoje virou o coringa do teclado. Em algum momento naturalizamos o uso da figurinha que mostra o sinal de “legal” como sinônimo de recebimento da mensagem. Ainda não leu? Ainda não tem o que dizer sobre o assunto? Aperta o like e vai na fé, como dizem os cariocas.

Não havia como dar um like desavisado à notícia que recebi, via WhatsApp, que registra algo que vejo ao meu redor, neste suado novembro de 2023. A cidade, o país, o mundo, tudo ferve. O calor se tornou notícia cada vez mais frequente no noticiário, foi hashtag bombada boa parte do ano nas redes sociais, dificultou a vida cotidiana, modificou rotinas profissionais, adoeceu muita gente e, numa tendência crescente e preocupante, ceifou vidas. O negócio é sério.

Procurou ser rápido para encontrar outro emoji e decido digitar três vezes o que mostra uma pequena chama. Eu mesmo me sinto pegando fogo, naquele ônibus que cruza a Avenida Brasil em direção ao Centro do Rio de Janeiro. Inserido até a alma no desconforto de mais um coletivo sem ar-condicionado circulando pela cidade, penso que 2023 vai ser lembrado como o ano em que se sofreu muito com o calor.

Não é de hoje que os cientistas avisam sobre os efeitos da crise climática, pondero, acompanhando a gota de suor que escorre pelas minhas costas. No termômetro que acaba de passar pela minha visão, vejo registrados os já corriqueiros 40 graus. À sombra.



### **O CALOR TEM COR E CLASSE**

Tarde quente na cidade grande. Protegendo-se do sol na sombra projetada pelo viaduto, em São Cristóvão, uma família espera condução, mãe à frente, filhos e bolsas sob a sua tutela. Ela enxuga o rosto, com a mesma toalhinha de mão com a qual protege o rosto da criança menor, recostada ao seu colo. Amor e maternidade desafiando e se impondo diante da realidade crua de trânsito, fuligem e poluição insalubre.

O calor chegou com força à vida desta jovem mãe, de seus filhos, à minha, à sua. Vejo a cena e me vem à cabeça o post do professor Thiago Amparo, no Instagram (14/11): “O calor tem cor e tem classe”. O alerta, escrito em caixa alta, reforça o cuidado que devemos ter em não naturalizar a temporada de altas temperaturas. Não somos todos afetados do mesmo modo, fato. Assim como os vírus e as pandemias, o calor também não é nada democrático. E afeta com maior intensidade aqueles que já enfrentam outros problemas, como racismo e pobreza.

De todo modo, percebo que a sensação da iminência do perigo fez muita gente ligar o sinal vermelho, em 2023. Parte por autoconsciência, parte por autoproteção, outra por pura pressão, está mais difícil não enxergar a realidade de que já vivemos a crise climática. Há muito está nas recomendações de povos originários, nos trabalhos acadêmicos, mas o que antes era alerta de algo distante agora começa a se sentir no cotidiano [Leia entrevista com o pesquisador Carlos Machado, “Ultrapassamos o limite”, *Radis* 253]

Do Arroio ao Chuí, da Antártida ao Saara, da Ilha de Páscoa ao arquipélago de Tuvalu — que está na iminência de ser uma das primeiras nações a desaparecer debaixo d’água como resultado da mudança climática, tudo está em ebulição. “Nada do que foi será”, disse lá nos anos 1980 Lulu Santos. Mas não é somente “como uma onda”: 2023 vai ficar marcado como aquele momento em que muita gente finalmente se convenceu de que a ameaça futura já é — como explicaria um jovem da Zona Sul carioca.

Desbloqueio o celular, anoto este insight no bloco de notas, entro no Instagram, passo o olho em meia dúzia de selfies sem vê-las e me deparo com um dos reels que produzimos na *Radis* durante a Emergência Yanomami, em março. Paro para revê-lo.

17ª Conferência Nacional de Saúde: cobertura completa na edição de agosto (*Radis* 251)



## A SITUAÇÃO POR LÁ ERA ABRASADORA

Os ataques à nossa valente democracia, em janeiro, prenunciavam que as mudanças esperadas para 2023 enfrentariam resistência inflamada e imporiam novos desafios para quem assumia postos de gestão no país. Dias depois de debelar a tentativa de golpe, o governo recém-empossado teve que lidar com imagens que mostravam fraturas expostas de muitos anos de descaso com a saúde e com a vida (*Radis* 244).

Fotos e vídeos de crianças indígenas em situação de penúria, fome e sede expuseram o que há anos lideranças yanomami, ativistas e pesquisadores denunciavam. Invasões sistemáticas de território, devastação ambiental, mineração ilegal, desassistência à saúde e omissão estatal. O povo que sustenta o céu estava prestes a ser exterminado. As imagens de horror veiculadas nas grandes mídias catapultaram a crise humanitária para o centro das discussões — e das decisões, felizmente.

Recordei o momento em que vi a ministra Nísia declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin). Na hora, pensei: *Radis* precisa estar lá. Antes que eu pudesse imaginar como faríamos isso, a Fiocruz se comprometeu em participar do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE), estabelecido em Boa Vista, em Roraima. Em poucos meses, *Radis* acompanharia in loco a resposta emergencial (*Radis* 247). A coisa estava realmente quente por lá. [Leia o que *Radis* produziu sobre a Emergência Yanomami]

Com o coração apertado, lembro a fumaça que encobria parte do percurso entre a capital de Roraima e a Terra Indígena Yanomami (TIY), de onde se trazia uma jovem ferida e ameaçada pelos males causados por nós, o povo da mercadoria. Ao seu lado, em um frágil avião monomotor, eu via as imagens do alto — águas turvas contaminadas, pontos desmatados — e recordava o que havia me dito anos antes o artista Jaider Esbell (1979-2021), quando o entrevistei: “Cada grama de ouro tem sangue indígena”.

Felizmente, no centro da resposta emergencial, também testemunhei ações de muito calor humano, a energia de quem se propôs entrar em ação. Profissionais abnegados, voluntários dispostos, pesquisadores comprometidos, ativistas em ebulição, alvoroço na classe artística.

A união de esforços estatais dependia do retorno do diálogo do governo e da sociedade com lideranças, e a ida do presidente Lula e de uma comitiva de ministros ao Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde se reuniram etnias de Roraima, deu sinais claros sobre o interesse de ambos os lados na reaproximação.

“Estragaram onde nascem os nossos rios, onde bebemos água e tomamos banho”, disse à comitiva Davi Kopenawa. “Queremos mostrar que esse mundo pode produzir sem precisar derrubar mais nenhuma árvore da Amazônia”, prometeu o presidente. *Radis* registrou estes momentos, sob o sol que brilhava com sua força equatorial sobre a Raposa Serra do Sol (*Radis* 247).

A intolerância, a omissão e a desassistência, no entanto,

Na edição de novembro (Radis 254): Como as operações policiais em territórios de favela afetam a saúde da população?



deixaram rastros de sofrimento que ainda permanecem, até o fim de 2023. Imagens de terra indígena invadida se repetem lá — e não somente lá — e sinalizam o quanto é explosiva a disputa por terra e recursos.

### NOSSAS GUERRAS

Conflitos motivados por território, também foram pauta no exterior. Se lá fora os choques parecem requestrar disputas da Guerra Fria, aqui ficou claro que não é mais possível ignorar ou esconder nossas próprias guerras. Sobrevoos de helicópteros, conflitos armados, perseguição de lideranças e população civil acuada são realidade na Ucrânia, na Amazônia e em muitas outras cidades do país. [Leia a reportagem *Vida Interditadas*, Radis 252]

O Complexo da Maré, vizinho ao prédio onde está a redação de *Radis*, na Zona Norte carioca, é reflexo disso. Se neste ano vimos ao vivo cenas na Amazônia que poderiam ser incluídas em filmes como *Apocalypse Now*, o roteiro de insegurança e violência que se desenrola em favelas, quilombos, comunidades e cidades lembram muito o enredo de séries policiais. Sem o glamour da Netflix, em alguns lugares ficou difícil respirar. [Leia a reportagem *Tiros que adoecem*, Radis 254].

O ônibus já se aproxima da Central do Brasil, coração do Rio de Janeiro, quando a mente decola para Manaus, uma das maiores cidades da Amazônia. Fumaça no Centro-Oeste e Norte, seca no Nordeste, enchentes no Sul. Ondas de calor por todo o mundo. Desabrigados, desaparecidos, desesperados e deslocados no Ocidente e no Oriente. O calor parece incidir sobre “privilegios climáticos”.

Mas há quem lucre com isso. Água, Terra e Ar à venda. Não há como respirar em Manaus; não há como escapar da força das águas no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. No Nordeste, os estados batem recorde de seca dos últimos 40 anos. Água de beber não há para quem tem a casa arrastada pela torrente, nem para quem vive nas ruas das grandes cidades (como vem denunciando o Padre Julio Lancelotti, em São Paulo).

Não há frescor nem para a classe média que se compromete com muitas parcelas para consumir pequenos grandes prazeres, como assistir a um show internacional. Morre-se de calor; morre-se sem respirar; morre-se de fome e de sede, ainda em 2023.

Paro de anotar e penso: “Que ano foi esse, que ainda nem acabou?” Parece até que Hefesto, deus mitológico do fogo, veio à superfície da Terra e dominou o cenário, causando desequilíbrio na relação com os outros três elementos que regem o mundo. Tudo ferve ao redor. Aqui, na Ucrânia, em Gaza. Dos fronts noticiosos de guerra recebemos relatos que mostram ao mesmo tempo que é insustentável (para todos) e rentável (para poucos) o modelo de civilização que privatiza direitos humanos básicos como terra, água, fogo e ar.

Mortes a peso de ouro na Terra Yanomami, vidas findas por milícias e tráfico nas comunidades periféricas, pessoas em fuga desafiando grilhões e fronteiras, genocídios (in) justificados na disputa por territórios sagrados. Observo que Hefesto, que também rege os vulcões, é senhor da metalurgia. E não é que a indústria de armas também lucrou muito em 2023? Dividendos nunca foram tão altos, registraram os noticiários.



Em abril (Radis 247), uma edição especial sobre Emergência Yanomami

## DEBAIXO DA MARQUISE

Chego ofegante ao terminal de ônibus, pronto para cumprir a segunda parte do trajeto até Laranjeiras, na Zona Sul do Rio. A proteção da marquise oferece sombra e tento me refrescar, embora a cobertura com telha metálica não ajude muito. O terminal é pouco mais do que um conjunto coberto de calçadas, onde param ônibus para pontos diversos da cidade. Fiscais de linha, camelôs, policiais, motoristas. O pouco espaço disponível para o que não é veículo é disputado com pessoas em situação de rua que vivem ali, fora da visão de transeuntes apressados a caminho da maior estação de trem do Rio. Não são poucas.

A famosa Central do Brasil fica a metros de distância do terminal, também na avenida Presidente Vargas. Naquele pedaço foi proclamada a República, no século 19, e gravado o filme de maior sucesso de Walter Salles Jr., nos anos 1990. Epicentro dos transportes no Rio de Janeiro e lugar considerado violento por quem vive exclusivamente nas zonas turísticas da cidade, é também um ponto de concentração de calor, com tanta energia em movimento.

Olho a notificação que chega via WhatsApp e abro a imagem, um mapa mental do site Brasil Escola. “Calor é energia térmica em trânsito”, está lá escrito. Ao redor, a comprovação científica. Mesmo à sombra, a quentura permanece, distribuída regularmente por lufadas de vento e canos de escape. Não há como escapar do desconforto.

A alta temperatura não impede, no entanto, que uma animada conversa se desenrole na fila de espera do ônibus no qual estou prestes a embarcar. O grupo de jovens se diverte, embora eu não faça ideia sobre o que falam. Eles se comunicam na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Olho o diagrama de novo e procuro algo que não está lá.

## CALOR HUMANO

Empatia, pertencimento, inclusão, interlocução, movimentos que geram calor, mas se transformam em conforto, acolhimento, comunicação. O quentinho reconfortante de uma boa amizade, o cobertor de orelha que aquece noites sozinhas. É olhar a cena e fazer o link com pessoas que conheci em 2023. Busco o celular no

bolso e confiro sobre o que falam, naquele momento, os integrantes do grupo de WhatsApp que reuniu delegados e participantes LGBTQIAPN+ durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde (Radis 251).

O evento aconteceu no começo de julho. Fui incluído nas conversas quando fazia uma matéria sobre diversidade na CNS, e desde então acompanho as vozes que denunciavam, se articulam e se protegem no fórum digital. No momento em que deslizo os dedos sobre as mensagens, reverberam postagens sobre o 20 de novembro, Dia Internacional da Memória Trans. Cuidado com o mundo. Cuidado com os seus. 2023 também foi “sobre isso”, para usar uma expressão que escutei bastante nos últimos 12 meses. Um ano de luta e de reencontros. Um ano de reencontro dos que lutam, em que a frase “Nada sobre nós sem nós” também foi dita muitas vezes. [Leia reportagem Conosco e não por nós, Radis 246]

A 17ª CNS acolheu isso muito bem, percebo, revendo a cobertura no site de Radis. Ali ficou registrado que o Brasil da participação está de volta, exige respeito à diversidade, quer mais equidade e não admite mais esperar. A mudança é para já. Interessante perceber como o mote “O amanhã é hoje” se relaciona com a discussão sobre a crise climática. Não é à toa. Isso exemplifica aquilo que na academia chamamos de determinante social da saúde. Contextos que geram saúde ou adoecem as pessoas.

Para além dos embates sobre defesa da Democracia, reconstrução do SUS e destinação dos recursos, a conferência ficou marcada pelo desejo do reencontro, pela interlocução que precede a ação. No calor das emoções, muitos abraços e muitas propostas que falavam de inclusão, humanização, acolhimento, cuidado. Mas o que se demandava de verdade era uma mudança de estado físico — para voltar à metáfora do mapa mental — da compressão que caracteriza a resistência à ebulição que antecipa a transformação da realidade.

Lembro de ver muitos abraços. Como os que vejo, no momento, entre os estudantes que embarcam animados no ônibus. Observo a conversa animada que empolga a garotada, vejo um casal de mãos dadas recostado nos últimos bancos do coletivo, uma senhora degustar salgadinhos crocantes em um pacote azul. Respiro aliviado





Thiago e o filho Noah, de 3 anos, estiveram na edição de março (*Radis* 246): “Nós por nós”

com o vento um pouco mais ameno que entra pela fresta da janela e constato que há dois anos essas cenas seriam improváveis, diante da ameaça da covid-19.

Em 2023, muita gente fez de tudo para não lembrar os dias de isolamento e dor da pandemia, embora tenha havido um grande esforço por parte de quem perdeu pessoas queridas para que não sejam esquecidos rostos, nomes, vidas que se foram. As cicatrizes ainda recentes dos últimos quatro anos ainda estão abertas e exigem de gestores, profissionais, pesquisadores e da sociedade em geral respostas. Lições para o futuro; reparação para famílias; punição para criminosos. *Radis* também registrou essa luta em 2023. [Leia reportagem Crime e reparação, *Radis* 249]

Isso talvez não passe pela cabeça do grupo de estudantes que desce e caminha apressadamente, fugindo dos primeiros pingos de chuva, enquanto o vento carrega folhas, papéis e muita poeira pela rua das Laranjeiras. O tempo virou e torço para que a chuva não me pegue até eu chegar à minha casa. “A chuva começa e o calor não passa!”, reclama a senhora dos salgadinhos, em pé, ao meu lado.

Confirmo a sensação dirigindo-lhe um breve olhar, cabeça pensando nos dias quentes que vivemos há pouco no Recife, acompanhando mais uma edição do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas da Saúde (CSHS) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Emancipação, saúde, decolonialidade, reparação, (re) construção crítica. Os temas sinalizavam uma ousada tentativa da academia em quebrar a hierarquia de saberes e propor novos caminhos. [Leia reportagem na página 22]


“As mudanças na sociedade não acontecem desacompanhadas das narrativas”, advertiu a ministra, quando apresentou os desafios que se impõem para a reconstrução que a sociedade exige — e o que se espera das ciências

humanas e sociais. Rememoro suas palavras lembrando da diversidade de vozes que ali estiveram, discutindo novos caminhos, propondo novas narrativas — mesmo em rotas já traçadas, nem sempre muito bem-vindas.

Já estou fora do ônibus, mais uma vez embaixo de uma marquise, me protegendo para que a chuva não molhe as edições de *Radis* que trago na mochila. Chove, mas ainda está calor, penso eu, lembrando da senhora com seus salgadinhos. Prefiro acreditar que a instabilidade do tempo é sinal de mudança, talvez inspirado numa frase que li no livro que estou relendo, do Sidarta Ribeiro.

Em O oráculo da noite, o fundador do Instituto do Cérebro, no Rio Grande do Norte, apresenta a hipótese de que o fogo deve ter sido tema dos sonhos da humanidade há milhares de anos: “Por ser empregado no cozimento dos alimentos e no aquecimento dos corpos, o fogo tornou-se o centro da reunião grupal, dando origem ao que pode ter sido a primeira roda de conversa”, diz ele.

Já sob a proteção da minha casa, troco as roupas molhadas e aqueço a água para fazer um café. Olhos atentos à chama do fogão, lembro de outra frase que ouvi e que complementa a anterior: “Se vocês circularem por aqui e avistarem fogo, o fogo é um sinal de muita alegria. Onde há fogueira, há vida”, nos disse a antropóloga Inara do Nascimento, indígena Sateré-Mawé, quando a encontramos na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista.

Observo a água quente molhar o filtro e abraçar o pó de café, concluindo que o calor foi a essência de 2023. Tendo a acreditar que isso também pode ser bom. Se de um lado há os riscos relacionados ao futuro do planeta e às consequências da crise climática para nossas vidas, de outro ainda podemos contar com a possibilidade dos encontros e reencontros, motores energéticos que aquecem e dão sentido à vida. 



### GRIOTS E TECNOLOGIAS

Nas filosofias africanas, os mais velhos são considerados mais sábios, porque já viveram mais — isso não significa que sejam incompatíveis com as novidades do tempo presente. Para promover esse encontro entre a produção de ancestrais intelectuais afro-brasileiros e as tecnologias contemporâneas, sejam elas digitais, sociais, educacionais ou outras, o livro *Griots e Tecnologias Digitais* traz nomes como Lélia Gonzalez, Zélia Amador de Deus, Milton Santos, Sueli Carneiro e outras para discutir temáticas tecnológicas. Questões como reconhecimento facial, governança da internet, ativismos digitais, decolonialidade tecnológica, formação de identidades e comunidades online entram na roda. Em 11 capítulos, autoras e autores referenciam e reverenciam ancestrais para fortalecer os caminhos pela justiça social e racial no Brasil. O livro, disponível em acesso aberto, tem organização de Thiane Neves Barros e Tarcizio Silva e conta com prefácio de Zelinda Barros e pós-fácio de Paulo Víctor Melo. Para baixar: <https://bit.ly/livrogriots>.

### Rede de vigilância à exposição ao benzeno

#### EXPOSIÇÃO AO BENZENO

A Rede de Vigilância da Exposição ao Benzeno lança um site com o objetivo de ser um espaço de capacitação em rede e desenvolvimento integrado de tecnologias, reunindo proposição de ações, estudos e pesquisas que orientem as práticas de saúde voltadas à exposição ao benzeno. Essa substância é um componente tóxico considerado cancerígeno que apresenta riscos para a saúde, como *Radis* (167 e 242) abordou. Acesse: <https://benzeno.ensp.fiocruz.br>.

### BOAS PRÁTICAS NAS REDES

Em 2023, o Instagram tornou-se a terceira rede social mais usada no Brasil, atrás apenas do WhatsApp e do Youtube, e a quarta mais acessada em Portugal. Atenta ao crescente uso desse aplicativo para abordar a saúde, Pâmela Pinto, professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) e técnica do Ministério da Saúde, lançou o livro *Boas práticas de saúde pública no Instagram: estudo comparado entre Portugal e Brasil*. Acesse em: <https://bit.ly/livroinstagramesaude>.



### PREVENÇÃO AO CÂNCER

A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (Opas) reuniram um grupo de especialistas e representantes da sociedade civil da América Latina e do Caribe para formular uma série de medidas de prevenção ao câncer com base nas mais recentes evidências científicas. O Código Latino Americano e Caribenho contra o Câncer apresenta 17 ações para ajudar a prevenir a doença, bem como traz recomendações de políticas públicas destinadas a garantir a sua aplicação eficaz. A publicação leva em conta os contextos específicos em termos de fatores de risco, sistemas de saúde e desigualdades sociais. Leia em:



### CORPOS E FEMINISMOS

O corpo é território e o território é corpo social. A partir dessa premissa, autores e autoras dos 19 textos reunidos no livro *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas* (Editora Elefante) abordam a resistência dos povos latino-americanos ao avanço do extrativismo. São olhares e experiências diversas, que incluem as camponesas guatemaltecas que lutam contra a mineração, as indígenas que enfrentam a extração petrolífera na Amazônia equatoriana e a liderança feminina contra políticas neodesenvolvimentistas na Argentina, além de outras experiências em curso de norte a sul da região, no campo, na cidade e nas florestas. A obra é organizada por Delmy Tania Cruz Hernández e Manuel Bayón Jiménez.



“Vemos de forma circular, pensamos e agimos de forma circular e, para nós, não existe fim, sempre demos um jeito de recomeçar. Nosso pensamento é um pensamento que nos permite dimensionar melhor as coisas, os movimentos e os espaços. Nos espaços circulares cabe muito mais do que nos espaços retangulares. E isso nos permite conviver bem com a diversidade e nos permite sempre achar que o outro é importante, que a outra é importante. A gente sempre compreende a necessidade de existirem as outras pessoas”.

“Mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados. Mesmo que queimem os corpos, não queimam a ancestralidade.”

Antonio Bispo dos Santos

**NÊGO BISPO**

pensador quilombola, ativista, escritor e professor  
(1959 - 2023)

DISQUE SAÚDE **136**

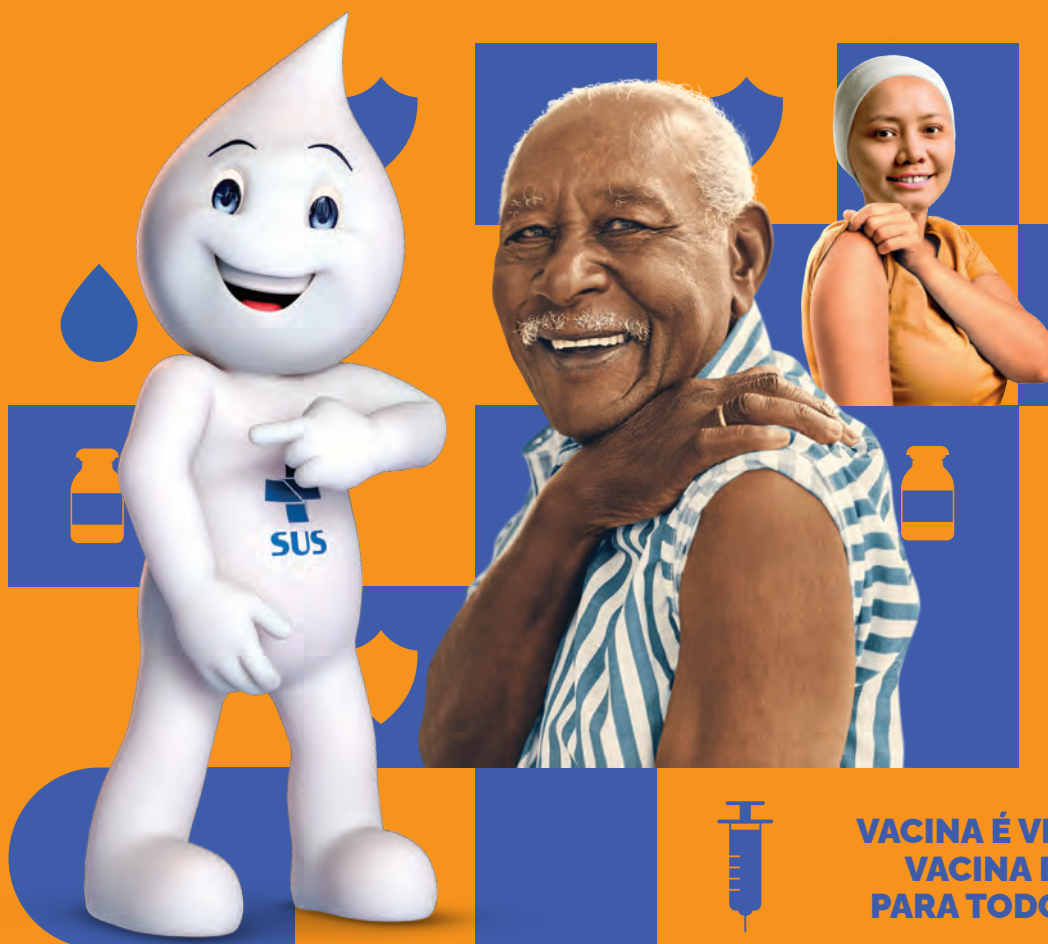
   /minsaude

 /ministeriodasaude

 /MinSaudeBR



# A VACINA É A MELHOR MANEIRA DE COMBATER A COVID-19.



**VACINA É VIDA.  
VACINA É  
PARA TODOS.**

## PREVENÇÃO

- >> Mantenha seu esquema vacinal em dia.
- >> Para grupos prioritários, recomenda-se o uso de máscara.

## TRATAMENTO

- >> Ao primeiro sintoma, faça o teste.
- >> Em caso positivo, pessoas com mais de 65 anos e imunossuprimidas maiores de 18 anos terão tratamento antiviral gratuito pelo SUS.

*Procure uma  
Unidade de Saúde.*

Saiba mais em  
[gov.br/covid19](http://gov.br/covid19)



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO